



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO

2019

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ADMINISTRAÇÃO**

(BIÊNIO 2018-2020)

PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Desembargadora Presidente

MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO
Desembargadora Vice-Presidente

GRAZIELA LEITE COLARES
Desembargadora Corregedora Regional

Sumário

1	Apresentação	04
2	Referencial Estratégico	06
3	Resultados da Gestão	08
4	Desempenho das Iniciativas Estratégicas	34
5	Análise do Desempenho da Gestão	35
6	Monitoramento da Gestão	36

ANEXOS

ANEXO I: Glossário dos Indicadores Institucionais

ANEXO II: Painel de Desempenho das Iniciativas Estratégicas

Apresentação

A Reunião de Análise da Estratégia (RAE) tem como principal objetivo acompanhar a implementação da estratégia através do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico Institucional, aprovado pela Resolução nº 13/2014, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região.

Dada a importância desse instrumento de gestão para o acompanhamento dos resultados institucionais, assim dispõe o art. 9º, da Resolução nº 198/2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

Art. 9º Os órgãos do Poder Judiciário realizarão Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), pelo menos quadrimestralmente, para avaliação e acompanhamento dos resultados, nas quais poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.(grifou-se)

Por sua vez, a Portaria GP nº 520/2014, alterada pela Portaria GP nº 367/2017, que aprovou o Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico Institucional, assim dispõe:

Art. 3º. A Presidência do Tribunal, com o apoio da Secretaria de Gestão Estratégica [Coordenadoria de Gestão Estratégica], realizará reuniões trimestrais de análise da estratégia (RAE), para acompanhamento da execução da estratégia institucional, bem como das metas institucionais e nacionais que se apliquem à Justiça do Trabalho da 8ª Região.

Parágrafo único. Nas reuniões de que trata o artigo anterior, será assegurada a participação efetiva dos servidores e magistrados de primeiro e segundo graus, indicados pelas respectivas entidades de classe (...).

Nesse sentido, este *Relatório Anual de Desempenho* apresenta os resultados dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Estratégico Institucional, relativos ao **exercício de 2019**, para apreciação dos membros do Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico Institucional. O Relatório também contempla os resultados institucionais em relação aos indicadores e metas nacionais, estabelecidos pelo CNJ, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), assim como pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT).

Referencial Estratégico

A estratégia institucional do TRT da 8ª Região está consubstanciada em seu Planejamento Estratégico, aprovado em sessão ordinária do Tribunal Pleno realizada no dia 13 de março de 2014, após a realização de 4 (quatro) Encontros Regionais, de 1 (um) Encontro com Unidades Administrativas e da realização do *II Fórum de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho da 8ª Região*, com vigência entre 2014 e 2020 (Resolução TRT8 nº 11/2014). Todo o Planejamento está devidamente alinhado às diretrizes delineadas pelos macrodesafios do Poder Judiciário, definidos pelo CNJ em conjunto com todas as Cortes Judiciais Brasileiras.

Os macrodesafios identificados referem-se essencialmente à necessidade de se avançar no processo de garantir a efetividade na prestação jurisdicional, na garantia dos direitos da cidadania, no desafio contínuo de se combater a corrupção e a improbidade administrativa, na adoção de soluções alternativas de conflito, na busca pela celeridade e produtividade da ação jurisdicional, no fortalecimento dos processos de governança judiciária, no aperfeiçoamento da gestão de pessoas e da gestão de custos, e na intensificação de investimentos em tecnologia da informação para a modernização do Poder Judiciário.

Figura 1. Macrodesafios do Poder Judiciário - Resolução CNJ nº 198/2014



Fonte: Conselho Nacional de Justiça – CNJ

A estratégia institucional está alinhada às diretrizes nacionais definidas pelo CNJ e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que estabeleceram como

instrumento gerencial básico para o processo de desenho e execução da estratégia no Poder Judiciário o uso do *Balanced Scorecard* (BSC), que é um sistema de gestão que visa comunicar, quantificar e avaliar o desempenho da instituição em relação aos seus objetivos estratégicos, permitindo um equilíbrio entre objetivos de curto, médio e longo prazo e entre medidas financeiras e não financeiras (KAPLAN; NORTON, 1997). Considerando as especificidades da Administração Pública, assim como a realidade do TRT da 8ª Região, as perspectivas do BSC foram assim delineadas:

Figura 2. Perspectivas de Gestão



Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/Assessoria de Comunicação Social - TRT8

Assim, a partir dos macrodesafios do Poder Judiciário e com base nessas três perspectivas, foi construído o Mapa Estratégico do TRT da 8ª Região, instrumento que ilustra as relações de causa e efeito entre os objetivos do Planejamento Estratégico Institucional 2014-2020 e como eles convergem para o cumprimento da missão e alcance da visão de futuro, tendo como referência os valores institucionais do TRT da 8ª Região.

Figura 3. Mapa Estratégico do TRT da 8ª Região - Resolução TRT8 nº 11/2014



Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica - TRT8

Resultados da Gestão

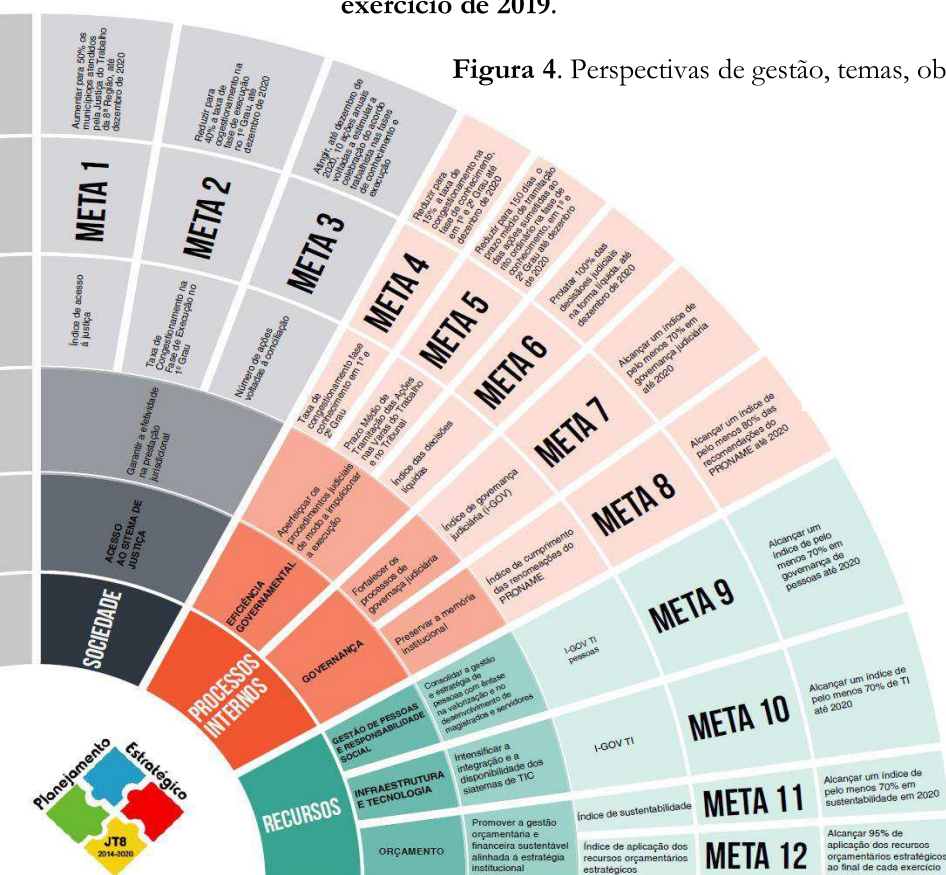
Nesta seção, são apresentados os resultados da gestão com base no desempenho da Estratégia Institucional (Resolução TRT8 nº 11/2014), da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 198/2014), do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 145/2014, com redação dada pela Resolução CSJT nº 233/2019), bem como dos resultados do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPCJus), elaborado pelo CNJ (Resolução CNJ nº 184/2013) e do Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST), elaborado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

3.1 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Para o alcance de seus *objetivos*, o TRT da 8ª Região estipulou um conjunto de *metas*, agrupadas de acordo com as perspectivas de gestão do BSC. As metas representam os resultados a serem alcançados pela instituição para atingir os objetivos estratégicos propostos e são quantificadas por meio de *indicadores*, que descrevem o que será medido, conforme glossário disponível no ANEXO I.

O gráfico a seguir ilustra os objetivos e metas institucionais definidos para o período de 2014 a 2020, agrupados por tema e perspectiva de gestão. Na sequência, são apresentados os resultados da gestão relativos aos indicadores e metas institucionais, no exercício de 2019.

Figura 4. Perspectivas de gestão, temas, objetivos e metas institucionais



PAINEL DE BORDO DO DESEMPENHO DAS METAS INSTITUCIONAIS EM 2019

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	POLARIDADE	META 2019	RESULTADO 2019	SITUAÇÃO		
SOCIEDADE	1. Garantir a efetividade na prestação jurisdicional	Índice de acesso à Justiça	01. Aumentar para 50% os municípios atendidos pela Justiça do Trabalho da 8ª Região, até dezembro de 2020	↑	45%	100%			
		Taxa de Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau	02. Reduzir para 40% a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau, até dezembro de 2020	↓	41,5%	40,70%			
		Número de ações voltadas à conciliação	03. Atingir, até dezembro de 2020, 10 ações anuais voltadas a estimular a celebração do acordo trabalhista nas fases de conhecimento e execução	↑	09	19			
PROCESSOS INTERNOS	2. Aperfeiçoar os procedimentos judiciais de modo a impulsionar a execução	Taxa de congestionamento na fase de conhecimento em 1º e 2º Grau.	04. Reduzir para 15% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, em 1º e 2º grau, até dezembro de 2020		↓	16%	Total	16%	
				1º Grau			16,37%		
				2º Grau			14,94%		
		Prazo médio na tramitação das Ações nas Varas do Trabalho e no Tribunal.	05. Reduzir para 150 dias o prazo médio de tramitação das ações submetidas ao rito ordinário na fase de conhecimento, em 1º e 2º Grau, até dezembro de 2020	Total	155	197			
				1º Grau	85	95,3			
				2º Grau	70	102			
Índice de Decisões Líquidas	06. Prolatar 100% das decisões judiciais na forma líquida, até dezembro de 2020	↑	100%	92,22%					
3. Fortalecer os processos de Governança Judiciária	Índice de Governança Judiciária (iGOV)	07. Alcançar índice de ao menos 70% em governança judiciária até 2020	↑	65%	51,00%				
4. Preservar a memória Institucional	Índice de cumprimento das recomendações do PRONAME	08. Alcançar um índice de 80% de cumprimento das recomendações do PRONAME até 2020	↑	70%	33,33%				
RECURSOS	5. Consolidar a gestão estratégica de pessoas com ênfase na valorização e no desenvolvimento de magistrados e servidores	Índice de Governança de Pessoas (iGOV Pessoas)	09. Alcançar um índice de pelo menos 70% em governança de pessoas até 2020	↑	65%	56,00%			
	6. Intensificar a integração e a disponibilidade dos sistemas de TIC	Índice de Governança em TI (iGOV TI)	10. Alcançar um índice de pelo menos 70% em governança de TI até 2020	↑	65%	77,00%			
	7. Promover a gestão orçamentária e financeira sustentável alinhada à estratégia institucional	Índice de Sustentabilidade	11. Alcançar um índice de pelo menos 70% em sustentabilidade até 2020	↑	65%	86,16%			
Índice de aplicação dos recursos orçamentários estratégicos		12. Alcançar 95% de aplicação dos recursos orçamentários estratégicos ao final de cada exercício	↑	95%	97,59%				

Resultado: ■ Meta alcançada ■ Alerta ■ Meta não alcançada

Polaridade: ↑ Quanto maior, melhor; ↓ Quanto menor, melhor.

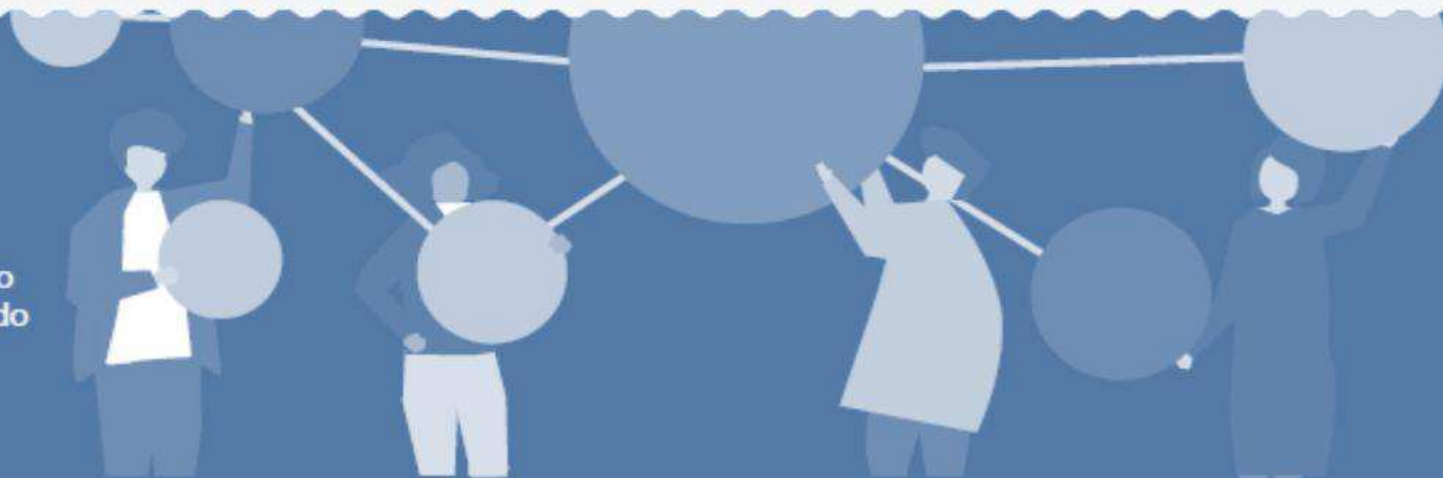


PERSPECTIVA SOCIEDADE

 **TRT-8ª REGIÃO**
Pará e Amapá

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Direcionar todas as ações da instituição para a satisfação dos jurisdicionados, entendida como a garantia de um processo rápido e efetivo, bem como na ampliação do acesso à justiça.



Tema Estratégico
ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

Objetivo Estratégico
GARANTIR A EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

O objetivo é direcionar todas as ações da instituição para a satisfação dos jurisdicionados, entendida como a garantia de um processo rápido e efetivo, bem como na ampliação do acesso à justiça.

META 01

Aumentar para 50% os municípios atendidos pela Justiça do Trabalho da 8ª Região, até dezembro de 2020.

Indicador: Índice de acesso à Justiça

Mede o acesso à Justiça do Trabalho da 8ª Região, na razão entre municípios atendidos, aonde a justiça do trabalho chega de alguma forma, seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física presente.

Meta para 2019: 45% **Resultado:** 100%



META 02

Reduzir para 40% a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau, até dezembro de 2020.

Indicador: Taxa de Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau

Avalia a capacidade das Varas do Trabalho em dar vazão à demanda de decisões no sistema judiciário. Quanto menor o congestionamento, melhor o desempenho do Tribunal.

Meta para 2019: 41,5% **Resultado:** 40,7%



META 03

Atingir, até dezembro de 2020, 10 ações anuais voltadas a estimular a celebração do acordo trabalhista nas fases de conhecimento e execução.

Indicador: *Número de ações voltadas à conciliação*

Calculada pelo total de ações realizadas anualmente voltadas a estimular a celebração do acordo trabalhista, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução.

Meta para 2019: 9 ações anuais **Resultado:** 19 ações anuais





PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

 **TRT-8ª REGIÃO**
Pará e Amapá

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Aperfeiçoar continuamente os procedimentos judiciais, visando a excelência na entrega da prestação jurisdicional.



Tema Estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Objetivo Estratégico

APERFEIÇOAR OS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS DE MODO A IMPULSIONAR AS EXECUÇÕES TRABALHISTAS

O objetivo é aperfeiçoar continuamente os procedimentos judiciais, visando a excelência na entrega da prestação jurisdicional.

META 04

Reduzir para 15% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, em 1º e 2º grau, até dezembro de 2020.

Indicador: Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento em 1º e 2º Grau

Avalia a capacidade das Varas e do Tribunal de darem vazão à demanda de decisões no sistema judiciário. **Quanto menor** o congestionamento, **melhor o desempenho** do Tribunal.

Meta para 2019: 16% **Resultado:** 16%



Indicador: Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento no 2º Grau

Meta para 2019: 16% **Resultado:** 14,94%



Indicador: Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Meta para 2019: 16% **Resultado:** 16,37%



Resultado: ● Meta alcançada ● Alerta ● Meta não alcançada ● Atenção ● Valor desatualizado

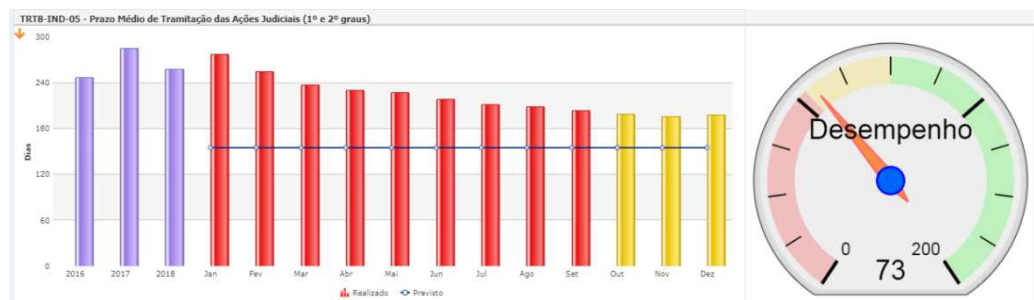
META 05

Reduzir para 150 dias o prazo médio de tramitação das ações submetidas ao rito ordinário na fase de conhecimento, em 1º e 2º Grau, até dezembro de 2020.

Indicador: Prazo Médio de Tramitação das Ações nas Varas do Trabalho e no Tribunal

Mede o número de dias entre o ajuizamento da ação trabalhista e a publicação das sentenças e acórdãos na fase de conhecimento.

Meta para 2019: 155 dias **Resultado:** 197 dias

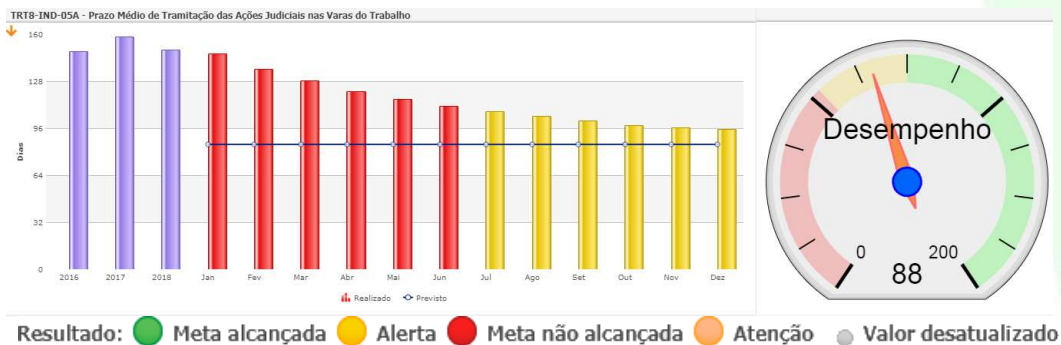


Resultado: ● Meta alcançada ● Alerta ● Meta não alcançada ● Atenção ● Valor desatualizado

Indicador: *Prazo Médio de Tramitação das Ações nas Varas do Trabalho*

Meta para 2019: 85 dias

Resultado: 95,3 dias



Indicador: *Prazo Médio de Tramitação das Ações no Tribunal*

Meta para 2019: 70 dias

Resultado: 102 dias



META 06

Prolatar 100% das decisões judiciais na forma líquida, até dezembro de 2020.

Indicador: *Índice de decisões líquidas (1º e 2º Graus)*

Mede o percentual de sentenças e acórdãos prolatados na forma líquida. Em 2019, esse indicador teve a forma de medição revisada, passando-se a utilizar o mesmo índice da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que relaciona somente as decisões líquidas em relação ao total de decisões, não excepcionando aquelas em que a liquidação não se aplica, como na fórmula que vinha sendo adotada por este E. Regional.

Meta para 2019: 100%

Resultado: 92,22%



Tema Estratégico

GOVERNANÇA

Objetivo Estratégico

FORTALECER OS PROCESSOS DE GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

O objetivo é efetivar os processos de governança na Justiça do Trabalho da 8ª Região, de modo a promover maior integração entre as unidades e com órgãos externos, dinamizar o processo decisório, institucionalizar a gestão democrática e participativa, fortalecer os processos e instrumentos de comunicação interna e externa, e promover o alinhamento das unidades em prol do alcance dos objetivos estratégicos.

META 07 - Alcançar índice de ao menos 70% em governança judiciária até 2020

Indicador: Índice de governança judiciária (iGOV)

Baseado em modelo desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, mede o nível de maturidade organizacional em relação a pessoas e competências; princípios e comportamentos; liderança organizacional; relacionamento com partes interessadas; estratégia organizacional; alinhamento transorganizacional; estruturas de governança; gestão de riscos e controle interno; auditoria interna; e *accountability* e transparência.

Meta para 2019: 65% **Resultado:** 51%



Objetivo Estratégico

PRESERVAR A MEMÓRIA INSTITUCIONAL

O objetivo é promover ações voltadas à gestão documental e à preservação da memória institucional, como forma de valorizar acontecimentos e fatos históricos da Justiça Trabalhista, bem como promover a gestão do conhecimento.

META 08 - *Alcançar um índice de 80% de cumprimento das recomendações do PRONAME até 2020*

Indicador: *Índice de cumprimento das recomendações do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário*

Mede o percentual de cumprimento das recomendações relacionadas à gestão documental e preservação da memória no âmbito do PRONAME, sobretudo as contidas na Recomendação CNJ nº 37, de 15 de agosto de 2011.

Meta para 2019: 70% **Resultado:** **33,33%**





PERSPECTIVA RECURSOS

TRT-8ª REGIÃO Pará e Amapá

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Garantir que magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes necessários e suficientes para o alcance dos objetivos estratégicos, bem como introduzir e efetivar mecanismos de reconhecimento e valorização voltados a promover um ambiente de trabalho equilibrado e saudável.



Tema Estratégico

GESTÃO DE PESSOAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Objetivo Estratégico

CONSOLIDAR A GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS COM ÊNFASE NA VALORIZAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

O objetivo é garantir que magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes necessários e suficientes para o alcance dos objetivos estratégicos, bem como introduzir e efetivar mecanismos de reconhecimento e valorização voltados a promover um ambiente de trabalho equilibrado e saudável.

META 09

Alcançar um índice de pelo menos 70% em governança de pessoas até 2020

Indicador: *Índice de governança de pessoas*

Baseado em modelo desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, avalia a adoção de medidas para promover maior comprometimento da alta administração com a eficiência, efetividade e transparência da gestão de pessoas, de sorte que o esforço laborativo possa ser mais bem alocado para a produção de melhores resultados para a sociedade.

Meta para 2019: 65% **Resultado:** 56%



Tema Estratégico

ESTRUTURA E TECNOLOGIA

Objetivo Estratégico

INTENSIFICAR A INTEGRAÇÃO E A DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O objetivo é garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, com foco na permanente integração dos sistemas corporativos e na alta disponibilidade dos serviços de tecnologia de informação e comunicação.

META 10

Alcançar um índice de pelo menos 70% em governança de TI até 2020

Indicador: Índice de governança de TI

Baseado em modelo desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, avalia a adoção de medidas para promover a governança de TIC na JT8, levando em conta as seguintes variáveis: liderança, estratégia e planos, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados de gestão.

Meta para 2019: 65% **Resultado:** 77%



Tema Estratégico

ORÇAMENTO

Objetivo Estratégico

PROMOVER A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA SUSTENTÁVEL ALINHADA À ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O objetivo é buscar a excelência na gestão de custos operacionais e promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as iniciativas e metas necessárias à execução da estratégia.

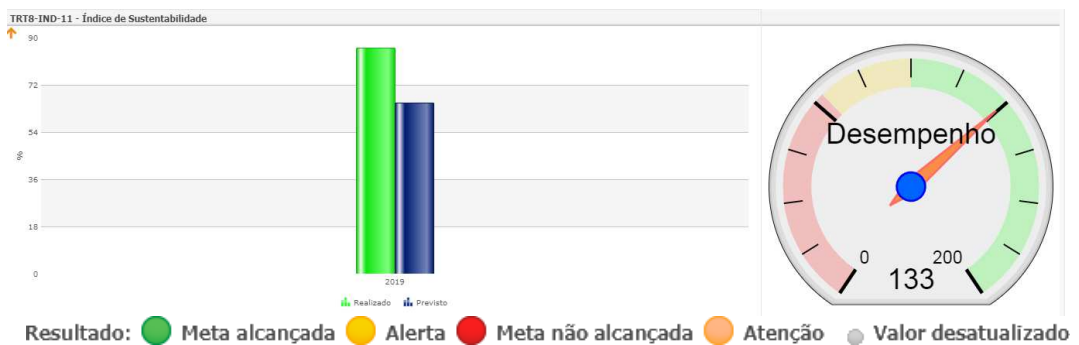
META 11

Alcançar um índice de pelo menos 70% em sustentabilidade até 2020

Indicador: *Índice de sustentabilidade*

Obtido através da mensuração da quantidade de compras e contratações sustentáveis realizadas e a gestão racional de recursos, bens públicos e resíduos gerados.

Meta Para 2019: 65% **Resultado:** 86,16%



META 12

Alcançar 95% de aplicação dos recursos orçamentários estratégicos ao final de cada exercício

Indicador: *Índice de aplicação dos recursos orçamentários estratégicos*

Mede o percentual da execução orçamentária destinada às iniciativas estratégicas em relação ao orçamento estratégico. Em 2019, em razão do Novo Regime Fiscal (EC nº 95/2016), houve alteração da fórmula de cálculo desse indicador, razão pela qual ele passou a considerar as ações orçamentárias que mais poderiam gerar risco de inscrição em restos a pagar.

Meta para 2019: 95% **Resultado: 97,59%**



3.2 ESTRATÉGIA NACIONAL

Além dos indicadores e metas do Planejamento Estratégico Institucional, são monitoradas as metas nacionais definidas anualmente pelo CNJ no âmbito dos Encontros Nacionais do Poder Judiciário, em cumprimento à Resolução CNJ nº 198/2014. Também são monitorados os indicadores e metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, coordenado pelo CSJT, em cumprimento à Resolução CSJT nº 145/2014, com redação dada pela Resolução CSJT nº 233/2019.

Em relação às metas nacionais do Poder Judiciário, são monitorados os seguintes indicadores¹:

- Índice de Processos Julgados;
- Índice de Processos Antigos;
- Índice de Ações Coletivas Julgadas (1º e 2º Grau);
- Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes;
- Índice de Execução.

Em relação ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, são monitorados os seguintes indicadores²:

- Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado;
- Tempo Médio de Duração do Processo (1º e 2º Grau);
- Índice de Conciliação;
- Índice de Alcance de Metas.

Também serão apresentados os resultados do Regional em relação ao Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), estabelecido pela Resolução CNJ nº 184/2013 e do Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST). O IPCJUS foi criado pelo CNJ com objetivo de refletir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais do mesmo ramo de Justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal. De acordo com o CNJ, quanto maior o resultado IPC-Jus, que vai de 0 a 100%, mais eficiente é o Tribunal. Por sua vez, o IGEST, criado pela CGJT, é um índice relativo, que sintetiza indicadores como acervo, celeridade, produtividade e taxa de congestionamento em relação à força de trabalho com a finalidade de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país³.

Na sequência, são apresentados os resultados da gestão em relação aos indicadores e metas nacionais, no **exercício de 2019**.

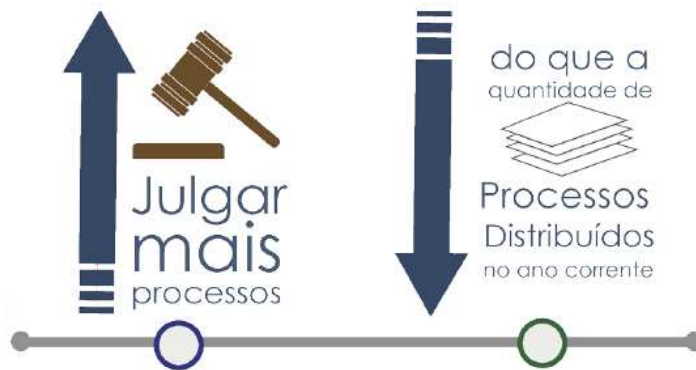
¹ O Glossário dos Indicadores das Metas Nacionais do Poder Judiciário está disponível em: <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/justica-do-trabalho>

² O Glossário dos Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho está disponível em: <http://www.csjt.jus.br/web/cgest/planejamento-estrategico-jt/documentos>

³ Uma versão do Manual do Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho está disponível em: https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/assessoria-de-comunicacao/noticias-2018/i_gest_manual_de_uso.pdf

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (CNJ)

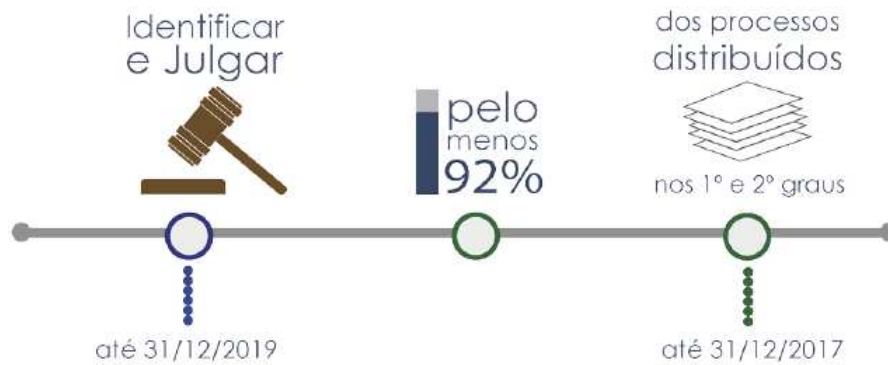
ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS



Meta para 2019: 100%

Resultado: 105,49%

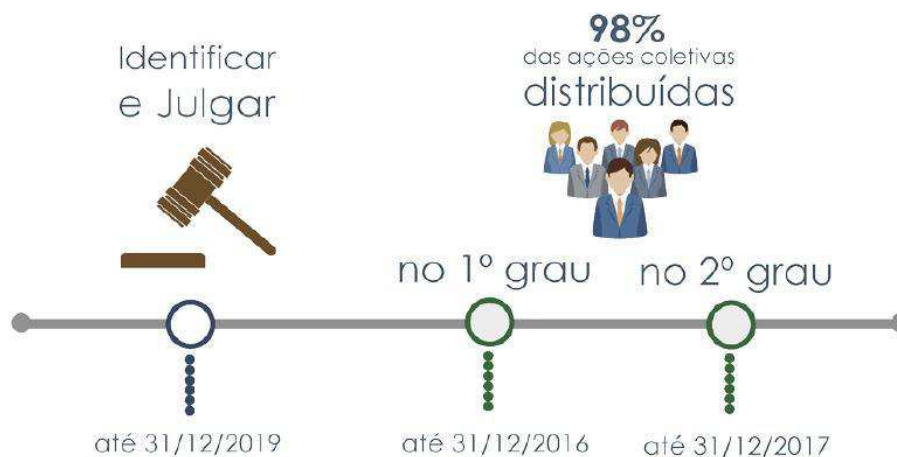
ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS



Meta para 2019: 92%

Resultado: 99,51%

ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS EM 1º E 2º GRAU



ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS - 1º GRAU

Meta para 2019: 98%

Resultado: **99,16%**

ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS – 2º GRAU

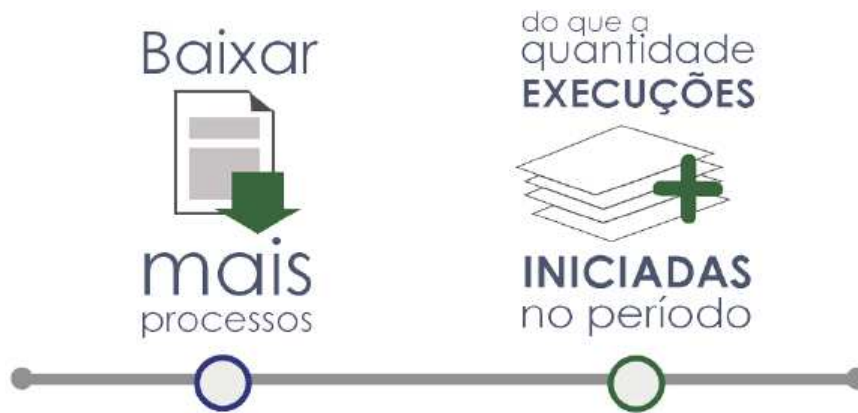
Meta para 2019: 98%

Resultado: **99,13%**

ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES



ÍNDICE DE EXECUÇÃO



INDICADORES E METAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CSJT)

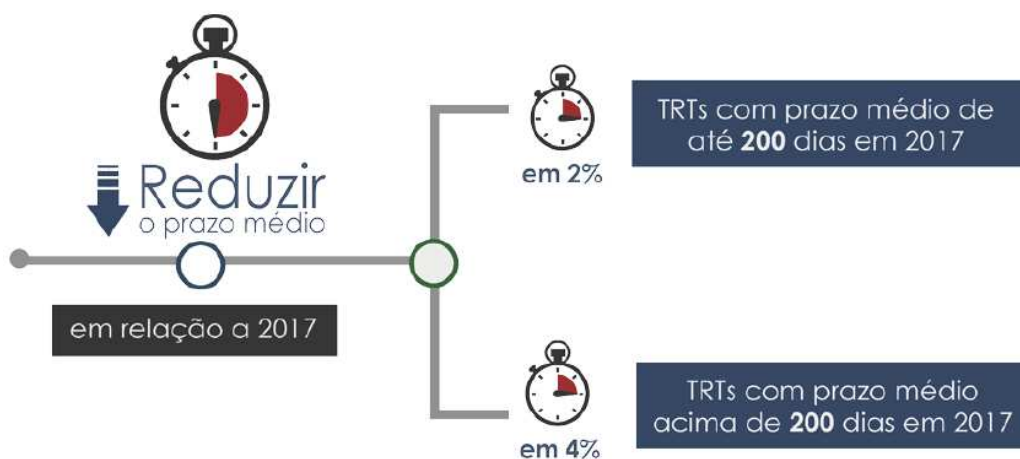
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO



Meta para 2019: 63,81%

Resultado: 97,37%

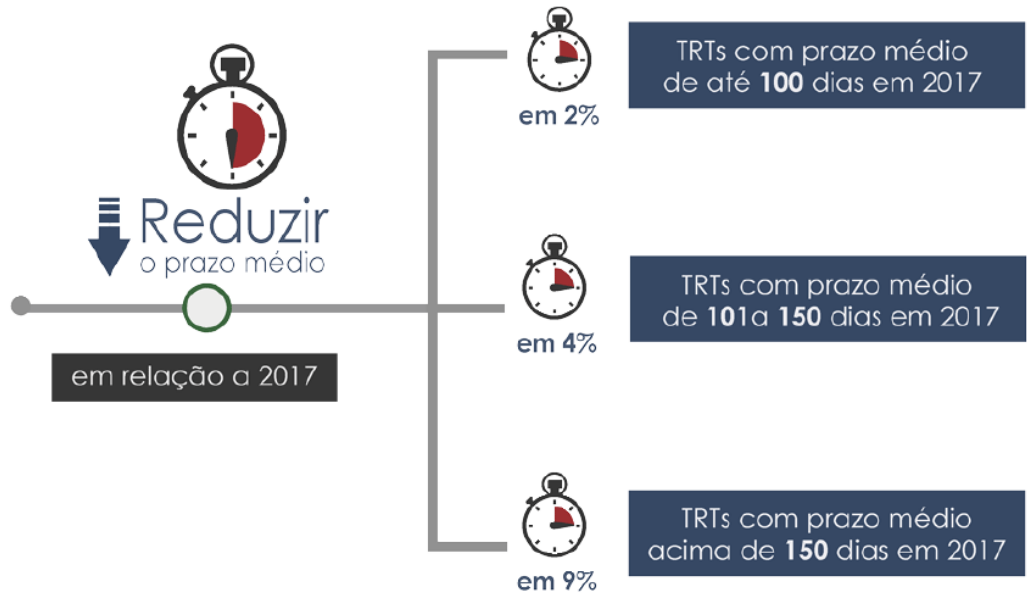
TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO – 1ª INSTÂNCIA



Meta para 2019: 155 dias

Resultado: 95 dias

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO – 2ª INSTÂNCIA



Meta para 2019: 117 dias

Resultado: **90** dias

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO – FASE DE CONHECIMENTO

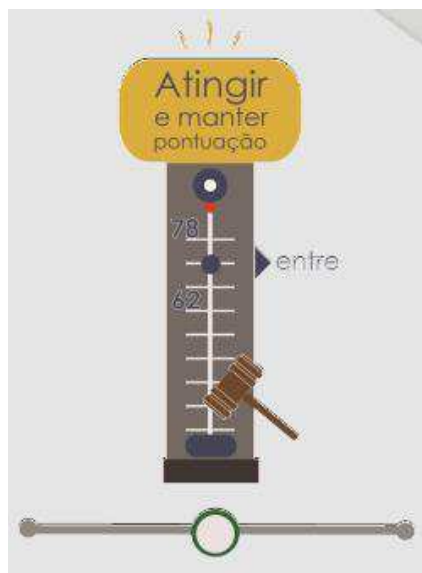


Meta para 2019: 48,73%

Resultado: **51,11%**

ÍNDICE DE ALCANCE DE METAS

O Índice de Alcance das Metas avalia o grau de cumprimento das metas da Justiça do Trabalho constantes do seu plano estratégico, atribuindo como satisfatório a pontuação entre 62 e 78 pontos até 2020.



Meta para 2019: 55 pontos **Resultado:** 69 pontos

3.3 ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO


O Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho no País. O índice apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores: Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho entre 2015-2020.

A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho divulgou os resultados apurados no período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Em 2019, das 56 Varas do Trabalho existentes no Pará e Amapá 36 ficaram entre as 25% melhores do país. A Corregedoria-Geral avaliou os resultados de 1.567 Varas do Trabalho de todos os Tribunais Regionais do Trabalho no país.

Figura 5. Resultado do IGEST 2019



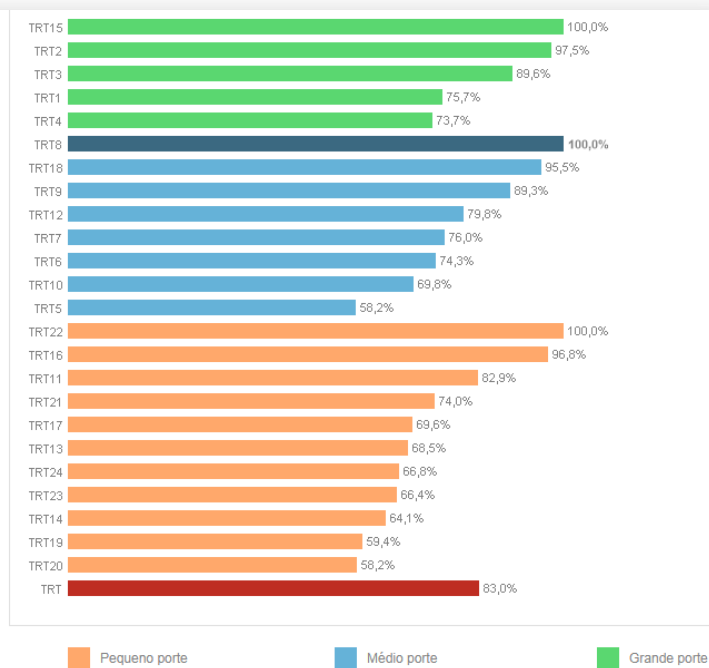
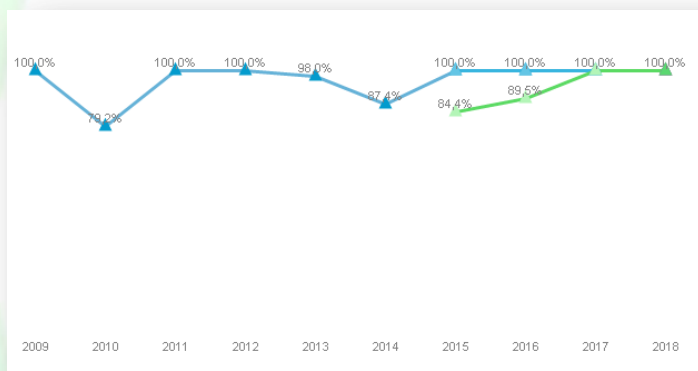
O *ranking* nacional e regional das Varas do Trabalho estão disponíveis em:

 <https://www.trt8.jus.br/noticias/2020/varas-do-trabalho-da-oitava-regiao-permanecem-entre-melhores-do-pais-no-indice>

3.4 ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA

O IPC-Jus é um índice estabelecido pela Resolução CNJ nº 184/2013 para comparar o desempenho dos Tribunais considerando seus recursos disponíveis. O indicador também é utilizado nos pareceres do CNJ para criação de cargos e para avaliação no Prêmio CNJ de Qualidade. Quanto maior o resultado IPC-Jus, que vai de 0 a 100%, mais eficiente é o Tribunal. Em 2019 (ano-base 2018), o TRT8, pelo sexto ano consecutivo, alcançou 100% no IPC-Jus.

Dados do Relatório Justiça em Números 2019, elaborado pelo CNJ, mostram que, em 2018, apenas três cortes obtiveram IPC-Jus de 100%, tanto no 1º e 2º graus quanto na área administrativa: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça de Sergipe e TRT8.








Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho/Sistema e-Gestão.

Desempenho das Iniciativas Estratégicas

Para o alcance das metas institucionais e nacionais, o TRT da 8ª Região propõe um conjunto de *iniciativas estratégicas*, que são programas, projetos e ações de curto, médio e longo prazos. Nesse sentido, a Resolução TRT8 nº 11/2014 contempla um total de **51 iniciativas** a serem executadas no horizonte do Planejamento Estratégico Institucional (2014-2020). O quadro a seguir apresenta um resumo do andamento das iniciativas.

Quadro 2. Resumo do andamento das Iniciativas Estratégicas

 Iniciativa concluída	13
 Andamento normal	22
 Com atrasos não considerados críticos	2
 Com problemas. Necessidade de ajustes imediatos	8
 Não iniciada ⁴	6

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/Gestores das iniciativas

O ANEXO II apresenta o Painel de Desempenho das iniciativas com as ações realizadas e os resultados alcançados.

⁴ Das 6 iniciativas consideradas não iniciadas, 5 foram iniciativas descontinuadas em 2017. Todos os gestores responderam à consulta realizada por meio do Ofício Circular TRT8/PRESI/COGES nº 010/2019.

Análise do Desempenho da Gestão

O expressivo corte de 30% no orçamento de custeio deste Tribunal, bem como de 90% nos recursos destinados a investimentos (ocorrido em 2016, ano-base para definição do Novo Regime Fiscal), aliado ao déficit histórico do quadro de pessoal da 8ª Região, elevaram o grau de complexidade para execução das metas e iniciativas estratégicas no âmbito deste Regional. Registra-se que, por ocasião das Correições Ordinárias realizadas neste E. Regional, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho apresentou dados da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do C. Tribunal Superior do Trabalho (TST) que demonstram que o TRT8 necessitaria de um quantitativo entre 1.868 e 2.007 cargos. Contudo, dispõe de apenas 1.358 cargos. Ou seja, o TRT8 possui um déficit total entre 510 (pela lotação mínima prevista na Resolução CSJT nº 63/2010) e 649 cargos efetivos (pela lotação máxima).

Diante desse quadro, algumas das metas e indicadores institucionais apresentaram resultados aquém do estipulado para o exercício de 2019, a exemplo de itens relacionados ao prazo médio na fase de conhecimento, governança judiciária, cumprimento das recomendações do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME) e governança em gestão de pessoas, demonstrando que a deficiência na estrutura organizacional é um dos maiores entraves para o aprimoramento da entrega da prestação jurisdicional trabalhista na 8ª Região. Em relação às iniciativas estratégicas, de um total de 51 programas, projetos e ações estratégicas a serem desenvolvidas no horizonte do Planejamento Estratégico Institucional, o TRT8 encerrou o exercício de 2019 com 13 iniciativas concluídas, 22 com andamento normal, 2 com atrasos não considerados críticos, 8 com problemas e necessidade de ajustes imediatos e 6 foram descontinuadas ou se encontram provisoriamente suspensas.

Mesmo com um quadro de pessoal reduzido e os expressivos cortes orçamentários, o empenho de magistrados e servidores, aliado ao desenvolvimento de boas práticas de governança e gestão, têm contribuído para assegurar a efetiva entrega da prestação jurisdicional no âmbito da 8ª Região. Conforme demonstrado, o TRT8 cumpriu 100% das metas nacionais do Poder Judiciário (CNJ), assim como 100% das metas do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT), destacando-se como um dos melhores tribunais do Brasil.

Os relatórios de acompanhamento e as respectivas atas das reuniões de análise da estratégia estão disponíveis em:



<https://www.trt8.jus.br/gestao-estrategica/sistema-de-gestao>

Monitoramento da Gestão

A execução da estratégia institucional ocorre pela *gestão de processos* (gerenciamento das rotinas, do trabalho do dia-a-dia) e *gestão das iniciativas estratégicas* (programas, projetos e ações). Os resultados (metas) são acompanhados periodicamente por meio dos indicadores de desempenho.

Para gerir de forma mais efetiva e participativa todo esse conjunto de ações, a Presidência do Tribunal instituiu o *Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico* (Portaria GP nº 520/2014, alterada pela Portaria GP nº 367/2015), integrado por magistrados, servidores e representantes das associações de classe, de que trata a Resolução nº 198/2014, do CNJ (Associação dos Magistrados Trabalhistas da 8ª Região - AMATRA8 e Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá – SINDJUF-PA/AP). Dispôs, ainda, que a Presidência do Tribunal, com o apoio da Coordenadoria de Gestão Estratégica, dará continuidade às reuniões de análise da estratégia (RAE), para acompanhamento da execução da estratégia institucional, bem como das metas institucionais e nacionais que se apliquem ao TRT da 8ª Região.

O quadro a seguir apresenta a composição do Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico Institucional (unidades responsáveis e gestores).

Quadro 3. Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico Institucional

PERSPECTIVA	TEMA	COORDENADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	RESPONSÁVEL	GESTOR
SOCIEDADE	Acesso ao Sistema de Justiça	Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Belém	Garantir a efetividade na prestação jurisdicional	Criação de Novas Varas do Trabalho	PRESI	Desembargador Corregedor Regional
				Centrais de Atendimento ao Jurisdicionado	PRESI	Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Belém
				Justiça Itinerante	PRESI COR.08	Desembargador Corregedor Regional
				TRT8 na Mídia	ASCOM	Assessor de Comunicação Social
				Infraestrutura de apoio à execução	PRESI	Gestor Regional da Execução Trabalhista
				Leilões Eletrônicos Unificados	PRESI COR.08	Diretor Adjunto da Central de Mandados Judiciais
				Pagamento Eletrônico de Débitos Trabalhistas	PRESI	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
				Unidades de Conciliação	PRESI COR.08	Desembargador Presidente
PROCESSOS INTERNOS	Eficiência Operacional	Desembargador Corregedor Regional	Aperfeiçoar os procedimentos judiciais de modo a impulsionar a execução	Banco de Boas Práticas	PRESI COR.08	Secretário-Geral Judiciário
				Banco de Decisões	PRESI COR.08	Secretário-Geral Judiciário
				Banco de Perícias	COR.08	Desembargador Corregedor Regional
				Perícia na Ordem do Dia	COR.08	Desembargador Corregedor Regional

PERSPECTIVA	TEMA	COORDENADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	RESPONSÁVEL	GESTOR
				Parcerias Institucionais	COR.08	Diretor Adjunto da Central de Mandados Judiciais
				Projeto PJe-Calc	SETIN DICAL CODEP	Chefe da Divisão de Cálculos e Liquidações do 2º Grau
PROCESSOS INTERNOS	Governança	Desembargador Presidente	Fortalecer os processos de governança judiciária	Gestão em Rede	PRESI	Desembargador Presidente
				Gestão da Mudança	SEGES	Coordenador de Gestão Estratégica
				Gestão por Projetos	PRESI COGES	Coordenador de Gestão Estratégica
				Gestão de Riscos	COGES COGIN COAUD	Coordenador de Gestão Estratégica
				Núcleo de Cooperação Judiciária	PRESI COR.08	Desembargador Presidente
				Núcleo de Relações Institucionais	SEGER	Secretário-Geral da Presidência
				Sistema Integrado de Controle Interno	OUVID COGIN COAUD	Coordenador de Governança Institucional
				Política de Comunicação Institucional	ASCOM	Assessor de Comunicação Social
				Política de Gestão do Conhecimento e Inovação	COGES	Coordenador de Gestão Estratégica
				Plano de Desdobramento da Estratégia	COGES	Coordenador de Gestão Estratégica
PROCESSOS INTERNOS	Governança	Desembargador Presidente	Preservar a memória institucional	Programa de Estruturação Física e Tecnológica da Gestão	MEMO8 SEJUD	Chefe da Seção de Gestão Documental

PERSPECTIVA	TEMA	COORDENADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	RESPONSÁVEL	GESTOR
				Documental e da Preservação da Memória		
				Reestruturação do Quadro de Pessoal	PRESI DIGER	Diretor-Geral
				Valorização da Memória Institucional	MEMO8	Curador do Memorial da Justiça do Trabalho da 8ª Região
				Parcerias Institucionais para a Preservação da Memória	PRESI MEMO8	Curador do Memorial da Justiça do Trabalho da 8ª Região
				Centros de Memória	PRESI MEMO8	Curador do Memorial da Justiça do Trabalho da 8ª Região
RECURSOS	Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social	Desembargador Vice-Presidente	Consolidar a gestão estratégica de pessoas com ênfase na valorização e no desenvolvimento de magistrados e servidores	Sistema de Gestão por Competências	CODEP	Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas
				Plano de Otimização da Força de Trabalho	COGES	Chefe da Seção de Inovação
				Teletrabalho	SEGEP	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
				Programa TRT8 Saúde	CODSA	Coordenador de Saúde
				Programa Qualidade de Vida	Comissão de Qualidade de Vida	Presidente da Comissão Permanente de Qualidade de Vida no Trabalho
				Auto-Atendimento de Recursos Humanos	SEGEP	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
				Programa de Reconhecimento e Valorização	PRESI EJUD8	Presidente da Comissão Permanente de

PERSPECTIVA	TEMA	COORDENADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	RESPONSÁVEL	GESTOR
						Reconhecimento e Valorização de Pessoas
				Justiça Solidária	PRESI	Assessor Comunicação Social
				Programa de Interiorização da Capacitação	CODEP	Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas
				Programa de Ambientação Funcional	CODEP E JUD8	Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas
				Programa de Preparação para a Aposentadoria	SEGEP	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
RECURSOS	Infraestrutura e tecnologia	Desembargador Presidente da Comissão de Informática	Intensificar a integração e a disponibilidade dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação	Programa de Governança de TI	SETIN	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
				Programa de Modernização e Integração dos Sistemas Administrativos	COSIS	Coordenador de Sistemas de Informação
				Plano de Monitoramento dos Serviços de TI	COINS	Coordenador de Infraestrutura e Suporte
				Programa de Modernização da Infraestrutura de Rede	COINS	Coordenador de Infraestrutura e Suporte
				Processo Judicial Eletrônico	Comitê Gestor do PJe-JT SETIN	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
RECURSOS	Orçamento	Desembargador Presidente da Comissão de Orçamento	Promover a gestão orçamentária e financeira sustentável alinhada à estratégia institucional	Unidade de Gestão de Custos	DIGER	Diretor-Geral
				Sistema Integrado de Gestão Orçamentária	DIGER SEADM SETIN	Diretor da Secretaria Administrativa
				Plano de Contingência de Despesas	DIGER SEADM COFIN	Diretor da Secretaria Administrativa

PERSPECTIVA	TEMA	COORDENADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	RESPONSÁVEL	GESTOR
				Programa TRT8 Sustentável	Comissão Permanente de Gestão Ambiental SeAMB	Presidente da Comissão Permanente de Gestão Ambiental
				Plano Anual de Compras e Contratações Estratégicas	SEADM COLIC	Coordenador de Licitações e Contratos
				Plano de Obras	DIGER SEADM DIMOP	Chefe da Divisão de Obras e Projetos de Engenharia
ENTIDADE DE CLASSE				REPRESENTANTE		
Associação dos Magistrados Trabalhistas da 8ª Região - AMATRA VIII				Claudine Teixeira da Silva Rodrigues		
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá - SINDJUF - PA/AP				Severino Portilho Vilhena Aluizio da Silva Santos		

Fonte: Portaria GP nº 540/2014, alterada pela Portaria GP nº 367/2015.

Anexos

ANEXO I: Glossário dos Indicadores Institucionais

ANEXO II: Painel de Desempenho das Iniciativas Estratégicas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Trav. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém (PA) - 66050-100
(91) 3342-6710 - coges@trt8.jus.br

Planejamento Estratégico Institucional 2014-2020 (Resolução TRT8 nº 13/2014) Glossário dos Indicadores Institucionais¹

Indicador estratégico:	Índice de acesso à Justiça.
Definição:	Mede o acesso à Justiça do Trabalho da 8ª Região, na razão entre municípios atendidos, aonde a justiça do trabalho chega de alguma forma, seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física presente.
Fórmula de cálculo:	Quociente entre a quantidade de municípios atendidos, no período-base e a quantidade total de municípios dos estados do Pará e Amapá, por meio do indicador (IAJ_{1^o}) e de sua fórmula: $IAJ = \frac{QMA}{QTM} \times 100$ <p>QMA: Quantidade de municípios atendidos, no período-base. QTM: Quantidade total de municípios dos estados do Pará e Amapá</p>
Indicador estratégico:	Taxa de congestionamento na fase de execução.
Definição:	Avalia a capacidade das Varas do Trabalho em dar vazão à demanda de decisões no sistema judiciário.
Fórmula de cálculo:	Numeral um (1) menos o quociente entre a quantidade total de decisões na fase de execução no 1º Grau (numerador $DecEx_{1^o}$) e a soma da quantidade de casos novos de execução e a quantidade de casos pendentes de execução do período-base anterior, por meio do indicador ($TCEX_{1^o}$) e de sua fórmula: $TCEX_{1^o} = \left(1 - \frac{DecEx_{1^o}}{CNE_{1^o} + CPE_{1^o}} \right) \times 100$ <p>DecEx_{1º}: Todas as decisões que extinguem o processo de execução no 1º Grau, os embargos à execução e os embargos de terceiros no ano. (<i>Execuções encerradas, remetidas a outros Órgãos e remetidas ao arquivamento provisório</i>) CNE_{1º}: Todas as <u>execuções iniciadas</u> na Vara do Trabalho no ano, incluindo <i>processos recebidos de outros órgãos para execução, os títulos executivos extrajudiciais, os processos desarquivados para continuação da execução, os embargos à execução e os embargos de terceiros, excluídos os precatórios judiciais, as RPV's.</i> CPE_{1º}: Saldo residual de processos não solucionados nas Varas do Trabalho no final do ano anterior ao ano-base, na fase de execução, <i>excluídos os precatórios judiciais, as RPV's e as execuções sobrestadas e suspensas em arquivo provisório.</i></p>

¹ Relatório de Gestão 2014, 2015, 2016 e 2017; Relato Integrado 2018. Disponível em: <https://www.trt8.jus.br/transparencia/prestacao-de-contas>. Acesso em: 8 de jul. de 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Trav. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém (PA) - 66050-100
(91) 3342-6710 - coges@trt8.jus.br

Indicador estratégico:	Número de ações voltadas à conciliação.
Definição:	Mede a quantidade de ações realizadas anualmente voltadas a estimular a celebração do acordo trabalhista, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução.
Fórmula de cálculo:	Calculada pela quantidade de ações realizadas anualmente voltadas a estimular a celebração do acordo trabalhista, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução.
Indicador estratégico:	Taxa de congestionamento no 1º e 2º grau - Fase de conhecimento.
Definição:	Avalia a capacidade das Varas e do Tribunal de darem vazão à demanda de decisões no sistema judiciário.
Fórmula de cálculo:	<p>Numeral um (1) menos o quociente entre a quantidade total de sentenças na fase de conhecimento no 1º e 2º Grau e a soma da quantidade de casos novos no conhecimento e a quantidade de casos pendentes no conhecimento do período-base anterior, por meio do indicador (TCC) e de sua fórmula:</p> $TCC_{1g} = \left(1 - \frac{SentC_{1g}}{CNC_{1g} + CPC_{1g}} \right) \times 100$ $TCC_{2g} = \left(1 - \frac{SentC_{2g}}{CNC_{2g} + CPC_{2g}} \right) \times 100$ $TCT_{TRTB} = \left(1 - \frac{SentC_{1g} + SentC_{2g}}{(CNC_{1g} + CNC_{2g}) + (CPC_{1g} + CPC_{2g})} \right) \times 100$ <p>SentC_{1g}: Todos os processos de conhecimento resolvidos no 1º grau, inclusive os embargos de declaração, excluindo-se os processos remetidos a outros órgãos. SentC_{2g}: Todos os processos de conhecimento resolvidos no 2º grau. CNC_{1g}: Todos os <u>processos de conhecimento</u> que ingressaram nas Varas do Trabalho no ano, incluídos os processos com sentença anulada/reformada e os embargos de declaração, excluindo-se os processos remetidos a outros órgãos. CNC_{2g}: Todos os <u>processos de conhecimento</u> que ingressaram no 2º grau ano, incluídos os processos com sentença anulada/reformada. CPC_{1g}: Saldo residual de processos em tramitação nas Varas do Trabalho no final do ano anterior ao ano-base na fase de conhecimento, incluídos os embargos de declaração remanescentes de julgamento. CPC_{2g}: Saldo residual de processos em tramitação no 2º grau no final do ano anterior ao ano-base na fase de conhecimento.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Trav. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém (PA) - 66050-100
(91) 3342-6710 - coges@trt8.jus.br

Indicador estratégico:	Prazo médio das ações nas Varas do Trabalho e no Tribunal.
Definição:	Mede o número de dias entre o ajuizamento da ação trabalhista e a publicação das sentenças e dos acórdãos na fase de conhecimento.
Fórmula de cálculo:	No 1º Grau, do ajuizamento à sentença. No 2º Grau, do protocolo do recurso (RO e ROPS) à publicação do acórdão.
Indicador estratégico:	Índice de decisões líquidas.
Definição:	Mede o percentual de sentenças e acórdãos prolatados na forma líquida.
Fórmula de cálculo:	<p>No 1º Grau, quantidade de sentenças líquidas sobre a quantidade total de sentenças líquidas e ilíquidas. No 2º Grau, quantidade de acórdãos líquidos sobre a quantidade de acórdãos (RO e ROPS) providos (parcial e totalmente que impliquem em obrigações de pagar)</p> $IDL_{1^{\circ}} = \frac{SentL}{Sent}$ $IDL_{2^{\circ}} = \frac{AcordL}{Acord}$ $IDL_{TRT8} = \frac{SenL + AcordL}{Sent + Acord}$ <p>SentL : quantidade de sentenças líquidas Sent : quantidade de sentenças líquidas e ilíquidas AcordL : quantidade de acórdãos líquidos Acord : quantidade de acórdãos(RO e ROPS) providos (parcial ou totalmente que impliquem em obrigações de pagar)</p>
Indicador estratégico:	Índice de Governança Judiciária (iGOV)
Definição:	Baseado em modelo desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, mede o nível de maturidade organizacional em relação a pessoas e competências; princípios e comportamentos; liderança organizacional; relacionamento com partes interessadas; estratégia organizacional; alinhamento transorganizacional; estruturas de governança; gestão de riscos e controle interno; auditoria interna; e accountability e transparência.
Fórmula de cálculo:	-
Indicador estratégico:	Índice de cumprimento das recomendações do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário.
Definição:	Mede o percentual de cumprimento das recomendações relacionadas à gestão documental e preservação da memória no âmbito do PRONAME, sobretudo as contidas na Recomendação CNJ nº 37, de 15 de agosto de 2011.
Fórmula de cálculo:	



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
 GABINETE DA PRESIDÊNCIA
 COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
 Trav. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém (PA) - 66050-100
 (91) 3342-6710 - coges@trt8.jus.br

Indicador estratégico:	Índice de Governança de Pessoas (iGovPessoas)																												
<p>Definição:</p>	<p>Baseado em modelo desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, avalia a adoção de medidas para promover maior comprometimento da alta administração com a eficiência, efetividade e transparência da gestão de pessoas, de sorte que o esforço laborativo possa ser bem alocado para a produção de melhores resultados para a sociedade.</p> <p>Calculado por meio de média aritmética ponderada. A fórmula é apresentada abaixo, onde “Q” é a resposta obtida na questão (indicador) e “P” é o peso da questão (indicador):</p> $iGovPessoas = \frac{(Q1 \times P1) + (Q2 \times P2) + (Q3 \times P3) + (\dots) + (Qn \times Pn)}{n}$ <p>As perguntas constam de um questionários composto de 101 questões (indicadores), cuja estrutura está a seguir:</p>																												
<p>Fórmula de cálculo:</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Estrutura do questionário</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Parte A - Liderança da alta administração</td> <td></td> </tr> <tr> <td rowspan="4">Parte B - Alinhamento estratégico</td> <td>Planejamento organizacional</td> </tr> <tr> <td>Planejamento da gestão de pessoas</td> </tr> <tr> <td>Planejamento da força de trabalho</td> </tr> <tr> <td>Unidade de Gestão de Pessoas como parceira estratégica</td> </tr> <tr> <td rowspan="3">Parte C - Gestão da liderança e do conhecimento</td> <td>Gestão da liderança e processo sucessório</td> </tr> <tr> <td>Integridade e comprometimento</td> </tr> <tr> <td>Aprendizagem contínua</td> </tr> <tr> <td rowspan="3">Parte D - Cultura orientada para resultados</td> <td>Gestão do conhecimento</td> </tr> <tr> <td>Comunicação</td> </tr> <tr> <td>Avaliação de desempenho</td> </tr> <tr> <td rowspan="2">Parte E - Gestão de talentos</td> <td>Reconhecimento</td> </tr> <tr> <td>Recrutamento, seleção e integração</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Retenção</td> </tr> <tr> <td>Parte F - Controle da concessão de direitos e vantagens</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Parte G - Resultados e prestação de contas (Accountability)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Parte H - Perfil da força de trabalho e das despesas de pessoal</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Estrutura do questionário		Parte A - Liderança da alta administração		Parte B - Alinhamento estratégico	Planejamento organizacional	Planejamento da gestão de pessoas	Planejamento da força de trabalho	Unidade de Gestão de Pessoas como parceira estratégica	Parte C - Gestão da liderança e do conhecimento	Gestão da liderança e processo sucessório	Integridade e comprometimento	Aprendizagem contínua	Parte D - Cultura orientada para resultados	Gestão do conhecimento	Comunicação	Avaliação de desempenho	Parte E - Gestão de talentos	Reconhecimento	Recrutamento, seleção e integração		Retenção	Parte F - Controle da concessão de direitos e vantagens		Parte G - Resultados e prestação de contas (Accountability)		Parte H - Perfil da força de trabalho e das despesas de pessoal	
Estrutura do questionário																													
Parte A - Liderança da alta administração																													
Parte B - Alinhamento estratégico	Planejamento organizacional																												
	Planejamento da gestão de pessoas																												
	Planejamento da força de trabalho																												
	Unidade de Gestão de Pessoas como parceira estratégica																												
Parte C - Gestão da liderança e do conhecimento	Gestão da liderança e processo sucessório																												
	Integridade e comprometimento																												
	Aprendizagem contínua																												
Parte D - Cultura orientada para resultados	Gestão do conhecimento																												
	Comunicação																												
	Avaliação de desempenho																												
Parte E - Gestão de talentos	Reconhecimento																												
	Recrutamento, seleção e integração																												
	Retenção																												
Parte F - Controle da concessão de direitos e vantagens																													
Parte G - Resultados e prestação de contas (Accountability)																													
Parte H - Perfil da força de trabalho e das despesas de pessoal																													
Indicador estratégico:	Índice de Governança de TI (iGOV-TI)																												
<p>Definição:</p>	<p>Baseado em modelo desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, avalia a adoção de medidas para promover a governança de TIC na JT8, levando em conta as seguintes variáveis: liderança, estratégia e planos, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados de gestão.</p>																												
<p>Fórmula de cálculo:</p>	<p>1º) fórmula geral de cada variável:</p> $d = a_1q_1 + a_2q_2 + \dots + a_nq_n,$ <p>onde cada “q” (variando de 0 a 1) representa uma questão respondida e cada parâmetro “a” (variando de 0 a 1) representa o peso dessa questão na respectiva variável;</p> <p>2º) fórmula geral do iGovTI:</p> $iGovTI = p_1d_1 + p_2d_2 + \dots + p_nd_n,$ <p>onde cada “d” (variando de 0 a 1) representa a consolidação das respostas de uma variável e cada parâmetro “p” (variando de 0 a 1) representa o peso dessa variável no cálculo do iGovTI.</p>																												



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Trav. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém (PA) - 66050-100
(91) 3342-6710 - coges@trt8.jus.br

Indicador estratégico:	Índice de Sustentabilidade.
Definição:	Calculado conforme o índice de adesão ao Guia de Contratações Públicas Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 103/2012).
Fórmula de cálculo:	-
Indicador estratégico:	Índice de aplicação dos recursos orçamentários estratégicos.
Definição:	Mede o percentual da execução orçamentária destinada às iniciativas estratégicas em relação ao orçamento estratégico.
Fórmula de cálculo:	Despesa total com iniciativas estratégicas efetivamente realizadas no ano (liquidadas e as empenhadas inscritas em “restos a pagar”), excluídas as despesas de exercícios anteriores (DpjEst) sobre o total do orçamento aprovado na LOA destinado às iniciativas estratégicas, acrescido dos créditos suplementares (LOAEst), calculado por meio do indicador IExOEst e de sua fórmula: $IExOEst = \frac{DpjEst}{LOAEst} \times 100$ <p><i>DpjEst</i>: Total do orçamento efetivamente executado relativo a projetos, capacitação e informática. <i>LOAEst</i>: Total do orçamento aprovado na LOA destinado às iniciativas estratégicas, acrescido dos créditos suplementares.</p>

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRT8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - PEI 2014/2020

QUADRO RESUMO DAS INICIATIVAS POR STATUS

Iniciativa concluída	13
Andamento normal	22
Com atrasos não considerados críticos	2
Com problemas. Necessidade de ajustes imediatos	8
Não iniciada *	6

* Das 6 iniciativas consideradas não iniciadas, 5 foram iniciativas descontinuadas em 2017. Dentre os responsáveis pelas iniciativas, 16 responderam à consulta realizada por meio do Ofício Circular TRT8/PRESI/COGES nº 001/2020 para a 1ª RAE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA	Garantir a efetividade na prestação jurisdicional	Criação de Novas Varas do Trabalho	Facilitar o acesso à Justiça, ampliando a capilaridade da Justiça do Trabalho nos Estados do Pará e Amapá.	Desembargador Corregedor Regional		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Apresentados novos anteprojetos de criação de cargos. Cargos diversos. Os processos estão sobrestados no Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT. Processo TRT 2179/2016 / CSJT-AL 21606- 06.2016.5.90.0000: 01 Vara em Abaetetuba/PA; 01 Vara em Altamira/PA; 02 Varas em Ananindeua/PA; 04 Varas em Belém/PA; 01 Vara em Marabá/PA; 01 Vara em Oiapoque/AP; 02 Varas em Parauapebas/PA; 01 Vara em Paragominas/PA; 01 Vara em Tome-Açu/PA; 01 Vara em Tucuruí/PA; Processo CSJT-AL-11251.68.2015.5.90.0000: 01 Vara de Santana/AP. Processo CSJT-AL 25804-23.2015.5.90.0000: 01 Vara de Santa Izabel/PA.</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <p>Os processos CSJT-AL 21606- 06.2016.5.90.0000 e CSJT-AL 25804-23.2015.5.90.0000 encontram-se em análise pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST; O processo CSJT-AL-11251.68.2015.5.90.0000 recebeu parecer desfavorável à criação da Vara do Trabalho e dos cargos e funções comissionadas no âmbito do Regional. No entanto, indica a possibilidade de relativização dos critérios da Resolução CNJ nº 184 pelo Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, encaminhando o projeto ao Conselheiro Relator para apreciação.</p> <p>Atualização:</p> <p>Tendo em vista o OFICIO CIRCULAR CSJT.GP.SG nº 13/2019, do Exmo. Ministro Presidente do CSJT, bem como os Atos do Conselho, que instituíram e designaram membros do grupo de trabalho destinado a atualizar os estudos acerca da padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, a Corregedoria Regional aguarda a elaboração do normativo de âmbito nacional e encaminhou os estudos efetuados pela COGES no PROAD 1865/2019, como subsídio ao referido grupo de trabalho, a fim de contribuir para uma solução padronizada para toda a Justiça do Trabalho.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020




TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Centrais de Atendimento ao Jurisdicionado	Estruturar unidades nos Fóruns e Varas Trabalhistas para orientação no uso do PJe-JT e acesso a informações processuais.	Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Belém		Atividades Realizadas: <ul style="list-style-type: none">- Tomar Reclamações Verbais através do PJe-JT;- Funcionar como gestora das unidades: NUPJE, SEDOC, SECOR e NUPEC;- Prestar suporte às Centrais de Atendimento e Coordenadorias de Distribuição de Feitos no que tange ao PJe-JT;- Prestar informações sobre documentos e processos sob sua guarda, assegurar os prazos processuais;- Organizar as pautas e adotar as providências necessárias à realização das audiências de tentativa de conciliação submetidas ao CEJUSC.- Não ocorreu reunião com os gestores dos demais fóruns ou Varas fora da sede, conforme planejado, por uma questão meramente orçamentária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Justiça Itinerante	Facilitar o acesso à Justiça, ampliando as ações itinerantes do 1º e do 2º Grau com a realização de audiências e demais funções no âmbito da 8ª Região.	Desembargador Corregedor Regional	 <p>Atividades Realizadas:</p> <p>As itinerâncias ocorridas em 2018:</p> <ul style="list-style-type: none">- Jacundá/PA;- Rondon do Pará/PA;- São Geraldo/PA;- Gurupá/PA;- Oriximiná/PA;- Juruti/PA;- Oiapoque/AP;- Curralinho/PA;- São Sebastião da Boa Vista/PA;- Bagre/PA;- Oeiras/PA <p>As itinerâncias previstas 2019 (calendário poderá ser acessado no site do TRT8, link: https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/corregedoria/calendario_d_e_itinerancias.2019_0.pdf</p> <ul style="list-style-type: none">- Gurupá/PA;- Alenquer/PA. <p>Previsão:</p> <ul style="list-style-type: none">- Pedra Branca do Amapari;- Serra do Navio. <p>As itinerâncias do ano de 2019 estão sendo tratadas no processo administrativo nº 283/2019(PROAD).</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <p>Foram realizadas todas as itinerâncias agendadas para o ano de 2019, conforme PROAD n.º 283/2019, quais sejam:</p>
--	--	--------------------	---	-----------------------------------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						1) Gurupá/PA; 2) Alenquer/PA; 3) Pedra Branca do Amapari; 4) Serra do Navio. Para acompanhamento das itinerâncias de 2020, foi aberto o PROAD n.º 463/2020, e as unidades foram comunicadas em 24 de janeiro para apresentarem manifestação quanto ao interesse de realização de itinerâncias (o prazo vence em 14 de fevereiro).
		TRT8 na Mídia	Ampliar o relacionamento com os órgãos de comunicação viabilizando a inserção de matérias em jornais, revistas, programas de rádio e TV, sobre direitos trabalhistas e o funcionamento da Justiça do Trabalho.	Assessor de Comunicação Social		Atividades Realizadas: 1. Lançamento do HOTSITE para a II Marcha de Belém Contra o Trabalho Infantil; 2. Lançamento do NOVO PORTAL da JT8 de acordo com a nova identidade visual da Justiça do Trabalho; 3. Divulgação de notícias jurídicas; 4. Divulgação de vídeos no youtube; 5. Divulgação através do Canal de Transmissão de WhatsApp. 6. Sugestão de pauta para imprensa e sugestão de notas para o Repórter 70. Reestruturação de mídias digitais; 7. Publicação mais ativa nas redes sociais do Tribunal como Instagram, Twitter e Facebook. Resultados Alcançados: Maior alcance do público de interesse, versatilidade e rapidez na distribuição das notícias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



<p>EFICIÊNCIA OPERACIONAL</p>	<p>Aperfeiçoar os procedimentos judiciais de modo a impulsionar as execuções trabalhistas</p>	<p>Infraestrutura de apoio à execução</p>	<p>Viabilizar a penhora, a remoção e guarda de bens, por meio da criação de depósitos públicos, novas centrais de mandados e utilização da remoção terceirizada.</p>	<p>Gestor Regional da Execução Trabalhista</p>	<p>Atividades Realizadas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Continuidade dos serviços de remoção de bens por empresa terceirizada contratada pelo Tribunal para atendimento das Varas do Trabalho de Belém e Ananindeua. Nas demais Varas do Trabalho deste Regional, a remoção de bens é realizada diretamente pelo Sr. Oficial de Justiça para depósito público mantido por este Tribunal, mediante solicitação e concessão de suprimento de fundos para este tipo de serviço;2. Em 2018 foi aprovada a Resolução Regional nº 16/2018, que autoriza a abertura de processo de credenciamento de empresas leiloeiras especializadas em serviços de remoção, armazenamento e leilão de bens penhorados por todas as Varas do Trabalho deste Regional. Todavia, a Presidência deste Regional, no PROAD 2121/2019, determinou que esta Divisão elaborasse proposta de minuta de alteração da dita Resolução, cumprindo as ressalvas indicadas no Parecer da Assessoria Jurídica. Entretanto, a Corregedoria Regional entendeu que a referida resolução não está integralmente em consonância com as regras estabelecidas pela Resolução CNJ nº 236/2016, pelo que encaminhará ao Tribunal Pleno proposta de Resolução que revogará a Resolução nº 16/2018 e estabelecerá novas regras para regular o leilão judicial eletrônico no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Desta feita, considerando o novo direcionamento adotado pela Corregedoria Regional, o leilão unificado eletrônico está suspenso.3. Concomitantemente à manutenção de serviços de remoção de bens por empresa terceirizada contratada por este Tribunal para atendimento das Varas do Trabalho de Belém e Ananindeua, alguns dos Juízos das Varas desses dois Municípios já estão nomeando diretamente, em alguns processos, leiloeiro responsável pela remoção, armazenamento e leilão de bens penhorados, para fins de ultimar a expropriação de tais bens do patrimônio dos respectivos devedores, executados em ações judiciais em trâmite nesta Especializada. Ressalta-se que esta Central de Execução Belém e Ananindeua/Pa já realizou a nomeação da empresa de leilões Hasta Vip Leilão com a finalidade de realizar leilões judiciais unificados eletrônicos/presenciais (de todas as Varas do Trabalho de Belém e Ananindeua/Pa), ocorridos nos dias 11.04 e 08.08.2018. Todavia, está
--------------------------------------	---	---	--	--	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



					<p>suspensa esta nomeação, considerando o novo direcionamento da Corregedoria.</p> <p>4. Foi aprovada a Resolução TRT8 nº 64/2019, em 29/11/2019, regulamentando o leilão judicial eletrônico no âmbito deste Regional. A Comissão de Credenciamento de Leiloeiros foi instituída através da Portaria CR nº 0117/2019. A Comissão está na fase de elaboração do edital de credenciamento de leiloeiros. A referida resolução estabelece que a remoção e guarda dos bens ficará sob responsabilidade do leiloeiro credenciado. Desta feita, após o credenciamento, a Divisão de Execução, Mandados, Pesquisa e Leilão não realizará a remoção de bens.</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <p>1. Os bens removidos ao depósito público do TRT-8ª foram alienados, pela primeira vez, através de leilões unificados eletrônicos/presenciais, ampliando o número de pessoas que participaram desses tipos de leilões, pois possui alcance nacional, dado o acesso eletrônico, por meio da rede mundial de computadores (internet), de um maior contingente, e ainda, porque vários bens foram alienados, pela primeira vez, acima do valor de suas avaliações originais, o que permitiu a satisfação da execução de um maior número de processos. Atualmente, em virtude do estudo de alteração da Resolução TRT8 nº 16/2019, o leilão judicial eletrônico está suspenso, estando sendo realizados apenas os leilões unificados presenciais;</p> <p>2. Alguns juízes das Varas do Trabalho de Belém e Ananindeua/Pa, adotaram a nomeação de leiloeiros atribuindo-lhes a responsabilidade pela remoção dos bens, deixando, desta forma, de encaminhar os bens penhorados nos respectivos processos para o depósito público mantido por este Tribunal, o que desonera este Tribunal Regional de despesas com serviços de remoção de bens por empresas terceirizadas, serviços de guarda e conservação de bens. Ressalta-se que, se esta tendência se confirmar a médio e longo prazo, este Tribunal Regional não precisará dispôr de utilização e manutenção de depósito Público, bem como, de contratação de serviços de empresa terceirizada de vigilância junto aos espaços destinados a Depósito Público.</p>
--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						3. A Resolução TRT8 nº 64/2019, aprovada em 29/11/2019, estabeleceu que a remoção e guarda dos bens ficará sob responsabilidade do leiloeiro credenciado. Desta feita, após o credenciamento, a Divisão de Execução, Mandados, Pesquisa e Leilão não realizará a remoção de bens, o que desonerará o Tribunal de despesas com serviços de remoção, guarda e conservação de bens.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Leilões Eletrônicos Unificados	Assegurar a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.	Chefe da Divisão de Execução, Mandados, Pesquisa e Leilão	<p>Atividades Realizadas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Primeiro leilão eletrônico/presencial: dia 11-04-20182. Segundo leilão eletrônico/presencial: dia 08-08-20183. Em 2018 foi aprovada a Resolução Regional nº 16/2018, que autoriza a abertura de processo de credenciamento de empresas leiloeiras especializadas em serviços de remoção, armazenamento e leilão de bens penhorados por todas as Varas do Trabalho deste Regional. Todavia, a Presidência deste Regional, no PROAD 2121/2019, determinou que esta Divisão elaborasse proposta de minuta de alteração da dita Resolução, cumprindo as ressalvas indicadas no Parecer da Assessoria Jurídica. Entretanto, a Corregedoria Regional entendeu que a referida resolução não está integralmente em consonância com as regras estabelecidas pela Resolução CNJ nº 236/2016, pelo que encaminhará ao Tribunal Pleno proposta de Resolução que revogará a Resolução nº 16/2018 e estabelecerá novas regras para regular o leilão judicial eletrônico no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Desta feita, considerando o novo direcionamento adotado pela Corregedoria Regional, o leilão unificado eletrônico está suspenso. Em 07.06.2019 e 17.09.2019, foram realizados leilões presenciais unificados das Varas do Trabalho de Belém e Ananindeua.4. Foi aprovada a Resolução TRT8 nº 64/2019, em 29/11/2019, regulamentando o leilão judicial eletrônico no âmbito deste Regional. A Comissão de Credenciamento de Leiloeiros foi instituída através da Portaria CR nº 0117/2019. A Comissão está na fase de elaboração do edital de credenciamento de leiloeiros. <p>Resultados Alcançados:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Primeiro leilão: Valor total dos bens incluídos - R\$ 26.812.807,00; Valor total dos bens vendidos - R\$ 111.460,002. Segundo leilão: Valor dos bens incluídos - R\$ 88.661.790,17; Valor dos bens vendidos - R\$ 338.430,00
--	--	--------------------------------	--	---	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020




TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA
						Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Pagamento Eletrônico de Débitos Trabalhistas	Expansão do uso do cartão de crédito e débito nas execuções trabalhistas.	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação		Iniciativa suspensa, por ser incompatível com o sistema PJe. Em Maio/2019, foi remetido ao Ministro Cláudio Brandão do TST informações sobre a utilização de cartão de crédito no TRT da 8ª Região nos anos de 2009 a 2011.
		Unidades de Conciliação	Dotar as Varas do trabalho de estrutura voltada à conciliação nos processos judiciais.	Desembargador Presidente		Atividades Realizadas: Implementados os CEJUSCs de Belém, Macapá e Parauapebas. Audiências de conciliação prévias sendo realizadas. Também há possibilidade de atuação do CEJUSC no 2º Grau. Resultados Alcançados: Aumento do índice de conciliações nos últimos exercícios, mantendo o patamar de alcance de metas nacionais.
		Banco de Boas Práticas	Implantar banco de dados para centralização e compartilhamento das boas práticas de trabalho na JT8.	Secretário-Geral Judiciário		Está sendo desenvolvido o portal de governança institucional, onde lá está prevista a inclusão do Banco de Boas Práticas do TRT da 8ª Região.
		Banco de Decisões	Implantar banco de dados para centralização e compartilhamento de sentenças e acórdãos na JT8.	Secretário-Geral Judiciário		Atividades Realizadas: Implementada a nova Consulta de Jurisprudência no portal do TRT da 8ª Região e na versão 2.4 do sistema PJe será disponibilizada a pesquisa textual. Resultados Alcançados: Com a nova consulta de jurisprudência, disponível no portal do TRT8, trouxe um melhoramento significativo no trabalho dos usuários internos e externos do tribunal, haja vista que permite uma série de filtros e facilidades para combinar argumentos de busca, tornando o resultado muito mais preciso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Banco de Perícias	Implantar banco de dados para centralização e compartilhamento das perícias realizadas.	Desembargador Corregedor Regional	 <p>Atividades Realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estudo dos sistemas de cadastro de peritos de outros Regionais para escolha do formato mais alinhado às diretrizes da Resolução CNJ n° 233/2016;- Elaboração do Plano de Projeto pela comissão de implantação do banco de peritos (Portaria PRESI n° 825/2016), em consonância com a Resolução CNJ n° 233/2016 e encaminhamento para aprovação da Secretaria-Geral da Presidência;- Contato com TRT6 para assinatura de Acordo de Cooperação Técnica para liberação do sistema de Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos – CPTEC;- Aprovação pela Secretaria-Geral da Presidência - SEGER, do Plano de Projeto de implantação do sistema de cadastro de peritos no Regional;- Autorização da cessão do sistema Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos – CPTEC, pelo TRT6ª Região;- Encaminhamento do projeto à comissão de implantação para intermediação e compartilhamento sistema CPTEC. <p>Resultados Alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none">- A Resolução n.º 247/2019 editada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que trata da implantação do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária - AJ/JT, delegou a supervisão da implantação do referido sistema e o cadastro de peritos às Corregedorias Regionais. Diante disso, a comissão de trabalho encaminhou proposta de arquivamento do PROAD n.º 2250/2019 (cujo responsável era a Presidência) e foi realizada a abertura do PROAD n.º 808/2020, para acompanhamento pela Corregedoria;- Foram emitidas as Portarias CR n.º 09 e 10/2020 designando a comissão de trabalho e a comissão de validação documental, conforme dispõe a Resolução CSJT n.º 247/2019;- A Corregedoria Regional entrou em contato com o TRT3 (Minas Gerais), responsável pela implantação do projeto piloto do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária - AJ/JT, e foi informada que o sistema terá integração com o SIGEO e ainda não foi liberado aos outros Regionais para cadastramento dos profissionais técnicos.
--	--	-------------------	---	-----------------------------------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020




TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Perícia na Ordem do Dia	Disponibilizar espaço nas varas do trabalho para realização de perícias.	Desembargador Corregedor Regional	●	INICIATIVA DESCONTINUADA EM 2017 (O Corregedor solicitou a exclusão de tal iniciativa, considerando a inviabilidade de sua implementação no momento, já que as unidades de 1º grau não dispõem de espaço equipado para realização de perícias, o que demandaria disponibilidade orçamentária.)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Parcerias Institucionais	Fortalecer a integração entre os órgãos do Poder Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça e o cumprimento das decisões judiciais.	Chefe da Divisão de Execução, Mandados, Pesquisa e Leilão	 <p>Atividades Realizadas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Termo de cooperação técnica com o TRT-18ª Região para utilização do sistema automatizado de bloqueio bancário SABB2. Realizados treinamentos pelo NUPEI em: Macapá-15.5.18; Marabá-05.6.18; Santarém-01.10.18; Belém-10 e 11.10.18; Parauapebas-16.10.18.3. Realizada Maratona de Pesquisa Patrimonial nos períodos de 08 a 12.07.19 e 09 a 13/11/2019.4. Desenvolvidos, com o apoio da Rede Lab – TST, dashboard na ferramenta de BI Qlickview que permite a leitura otimizada dos relatórios de pesquisa patrimonial gerados pelo SIMBA (Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias) e pelo CCS (Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional). <p>Resultados Alcançados:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O sistema automatizado de bloqueio bancário SABB foi implementado em todas as Varas do Trabalho de Belém e Marabá, estando em fase de implementação nas demais Varas fora da sede, conforme cronograma estabelecido pela Corregedoria.2. Foram treinadas, nas ferramentas eletrônicas, pelo NUPEI, todas as Varas do Trabalho da 8ª Região, assim como Centrais de Mandados e Centrais de Atendimento de fora da sede.3. Durante a Maratona de Pesquisa Patrimonial, foram atendidas três Varas do Trabalho de Belém (1ª, 10ª e 11ª) e quatro Varas do Trabalho fora da sede, através de videoconferência (Altamira, Castanhal, 1ª Parauapebas e 8ª de Macapá). Na ocasião, os servidores foram auxiliados na realização das
--	--	-----------------------------	---	---	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						<p>pesquisas com as ferramentas CAGED, CENSEC, INFOSEG, INFOJUND/DOI, CCS e SIMBA, sendo cadastrados seis servidores nas ferramentas do CAGED, RENAJUD e na CNIB, e treinados três servidores para a utilização das ferramentas de pesquisa.</p> <p>Durante a segunda Maratona de Pesquisa Patrimonial, foram atendidas, de forma presencial nas próprias unidades, quatorze Varas do Trabalho de Belém (1ª a 7ª, 9ª a 11ª, 13ª, 16ª e 19ª). Na ocasião, os servidores foram auxiliados na realização das pesquisas com as ferramentas CENSEC, DOI, CNIB, CONECTIVIDADE SOCIAL, INFOSEG, ARISP, CCS e SIMBA.</p> <p>4. Redução do tempo destinado à análise dos relatórios do SIMBA e CCS, proporcionando maior celeridade na execução, contribuindo para o atingimento da meta 5 do CNJ e da meta regional 02.</p>
		Projeto PJe- Calc	Intensificar o treinamento sobre a liquidação de sentenças e acórdãos com as ferramentas JURISCALC e PJe-CALC.	Chefe da Divisão de Cálculos e Liquidações do 2º Grau		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>A realização do curso PJe-Calc terá que ser adiada para 2020, pois não foi possível produzir o material multimídia, editá-lo, montar as turmas e demais providências necessárias, a tempo de realizá-lo no ano de 2019.</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <p>Como o PJe só classifica as decisões em líquidas e ilíquidas, o percentual de decisões líquidas fica prejudicado, uma vez que existem decisões ilíquidas que não possuem parcelas a serem liquidadas. Por outro lado, por falta de treinamento, acúmulo de serviço ou mesmo por opção, a grande maioria dos gabinetes não prolata decisões líquidas.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
GOVERNANÇ A	Fortalecer os processos de governança judiciária	Gestão em Rede	Fomentar a descentralização de responsabilidades visando dar mais autonomia às unidades e obter maior celeridade processual.	Desembargador Presidente		Atividades Realizadas: As constantes revisões da estrutura organizacional, desde a edição da Resolução TRT8 nº 001/2015 (Regulamento de Serviços Auxiliares) e do Ato PRESI nº 61/2015 (Manual de Organização), com a criação e transformação de unidades com maior nível de descentralização administrativa. Resultados Alcançados: O processo decisório vem sendo gradativamente horizontalizado, com a delegação de responsabilidade, e as estruturas de apoio do Tribunal vêm sendo organizadas de modo a diluir os níveis hierárquicos e agilizar o processo decisório. Contudo, há oportunidades de melhoria, como o que vem sendo proposto atualmente por meio de Projeto de Reestruturação Administrativa (Processo PROAD nº 1943/2017).
		Gestão da Mudança	Instituir processo estruturado de aplicação de conhecimentos, técnicas e instrumentos; bem como de exercício de atitudes para gerenciar o processo de mudança interior de cada pessoa que precisa mudar sua forma de trabalhar, de modo a produzir os resultados desejados de um projeto ou iniciativa de mudança.	Coordenador de Gestão Estratégica		INICIATIVA DESCONTINUADA EM 2017 (Considerando que a implementação dessa iniciativa depende de contratação de consultoria especializada. Considerando o expressivo corte de 30% no orçamento de custeio deste Tribunal no exercício de 2016, bem como 90% nos recursos destinados a investimentos. Considerando a necessidade de racionalizar os gastos para os exercícios vindouros, em razão da Emenda Constitucional nº 95, que limita por 20 anos os gastos públicos. Considerando, ainda, a necessidade de adequar as iniciativas do planejamento estratégico ao novo cenário orçamentário, sugere-se que o projeto de Gestão da Mudança seja descontinuado e que seu escopo seja incorporado , no que couber, às seguintes iniciativas do planejamento estratégico: Sistema de Gestão por Competências (Meta 09), Política de Gestão do Conhecimento e Inovação, e Gestão em Rede (meta 07)).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020




TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Gestão por Projetos	Consolidar a cultura de gestão de projetos na instituição visando a utilização racional de recursos.	Diretor-Geral		As unidades administrativas no âmbito do TRT da 8ª Região permanecem implementando os respectivos Planos de Projetos em suas áreas de atuação, dando continuidade à cultura de gerenciamento de projetos na instituição. Cabe destacar que a SETIN vem implementando sistematicamente, por meio de metodologia própria, a cultura de gerenciamento de suas atividades por meio de projetos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



			Desenvolver metodologia, capacitar e implantar a cultura do gerenciamento de riscos de modo a promover ações relativas ao tratamento de riscos inerentes às atividades institucionais.	Coordenador de Governança Institucional	 <p>Atividades Realizadas: Resolução TRT8 nº 31/2015 – Institui a Política de Gestão de Riscos; Projeto Gestão de Riscos nas Aquisições; Manual de Gestão de Riscos (Portaria PRESI nº 1068/15); Plano de Tratamento dos Riscos nas Aquisições; capacitação Presencial em Gestão de Riscos; Plano de Comunicação em Gestão de Riscos; capacitação em EaD em Gestão de Riscos, Vídeos Aulas no YouTube; Plano de Tratamento dos Riscos Institucionais; Mapeamento de Riscos derivados do relatório de Fatos Apurados do CSJT sobre a obra do Anexo V; Execução do Plano de Tratamento dos Riscos Institucionais; Importação para o sistema Risk Manager dos Riscos Institucionais, dos Riscos nas Aquisições e dos riscos derivados do Relatório de Fatos Apurados do CSJT sobre a obra do Anexo V. Foi concluído projeto piloto de gestão de riscos na seção de direitos e deveres, realizado de acordo com a nova metodologia estabelecida. Foi realizado concluído em setembro de 2019 a execução do plano de tratamento da matriz de riscos de obras e serviços de engenharia e foi realizado o segundo monitoramento sobre o tratamento de riscos nas aquisições e contratações. Concluído o primeiro ciclo de gestão de riscos do plano anual de contratações 2019.</p> <p>Resultados Alcançados: Resolução TRT8 nº 31/2015 – Institui a Política de Gestão de Riscos; Projeto Gestão de Riscos nas Aquisições; Manual de Gestão de Riscos (Portaria PRESI nº 1068/15); Plano de Tratamento dos Riscos nas Aquisições; capacitação Presencial em Gestão de Riscos; Plano de Comunicação em Gestão de Riscos; capacitação em EaD em Gestão de Riscos, Vídeos Aulas no YouTube; Plano de Tratamento dos Riscos Institucionais; Mapeamento de Riscos derivados do relatório de Fatos Apurados do CSJT sobre a obra do Anexo V; Execução do Plano de Tratamento dos Riscos Institucionais; Importação para o sistema Risk Manager dos Riscos Institucionais, dos Riscos nas Aquisições e dos riscos derivados do Relatório de Fatos Apurados do CSJT sobre a obra do Anexo V. Foi concluído projeto piloto de gestão de riscos na seção de direitos e deveres, realizado de acordo com a nova metodologia estabelecida. Foi realizado concluído em setembro de 2019 a execução do plano de tratamento da matriz de riscos de obras e serviços de engenharia e foi realizado o segundo monitoramento sobre o tratamento de riscos nas aquisições e contratações.</p>
--	--	--	--	---	---



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
 COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Núcleo de Cooperação Judiciária	Institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros sujeitos do processo, não só para cumprimento dos atos judiciais, mas também para harmonização e agilização de rotinas forenses, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária, bem como atuar na gestão de conflitos coletivos, objetivando a racionalidade e economia de atos processuais, em cumprimento à Recomendação nº 38/2011, do Conselho Nacional de Justiça.	Desembargador Presidente	●	INICIATIVA DESCONTINUADA EM 2017 (Tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 2817/2015, que autoriza a criação cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no quadro do TRT8. No referido PL, foi contemplada a estrutura necessária para criação da Secretaria de Cooperação Judicial, unidade responsável pela efetivação da Recomendação CNJ nº 38, de 03 de novembro de 2011, que fixou orientações sobre os mecanismos de cooperação judiciária no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário. Contudo, considerando que não há perspectiva de aprovação do citado PL e, ainda, o fato deste Regional não dispor de cargos e funções para criação da referida unidade, razão pela qual a iniciativa deverá ser descontinuada .)
		Núcleo de Relações Institucionais	Dotar a estrutura organizacional do Tribunal de um Núcleo de Relações Institucionais, com a missão de fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.	Secretário-Geral da Presidência	●	INICIATIVA DESCONTINUADA EM 2017 (Tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 2817/2015, que autoriza a criação cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no quadro do TRT8. No referido PL, foi contemplada a estrutura necessária para criação da Secretaria de Cooperação Judicial, unidade responsável pela efetivação da Recomendação CNJ nº 38, de 03 de novembro de 2011, que fixou orientações sobre os mecanismos de cooperação judiciária no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário. Contudo, considerando que não há perspectiva de aprovação do citado PL e, ainda, o fato deste Regional não dispor de cargos e funções para criação da referida unidade, sugere-se, s.m.j., que a iniciativa seja descontinuada .)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Sistema Integrado de Controle Interno	Fortalecer o Sistema de Controle Interno da JT8, composto pela Ouvidoria Regional, a Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno e a Controladoria Administrativa, visando promover a atuação preventiva e pedagógica na mitigação de riscos inerentes às atividades institucionais.	Coordenador de Governança Institucional		A Resolução TRT8 nº 01/2019, que trata da Política de Governança Institucional, estabeleceu, dentre outras, como unidades internas de apoio à governança a Ouvidoria, o Comitê Geral de governança e gestão, a unidade central de apoio à Governança e gestão e a unidade central de auditoria interna. As instâncias internas de apoio à governança têm a função de realizar a comunicação entre as diversas partes interessadas internas e externas à administração, assim como de auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, devendo comunicar quaisquer disfunções à alta administração. Elas são fundamentais para a boa governança.
		Política de Comunicação Institucional	Revisar e efetivar a aplicação dos instrumentos previstos na Política de Comunicação Institucional, instituída pela Resolução nº 410/2008.	Assessor de Comunicação Social		Atividades Realizadas: Considerando a quantidade de demandas da ASCOM, o Plano de Comunicação não recebeu atualização. Resultados Alcançados: Ainda não foi possível atualizar e mensurar.
		Política de Gestão do Conhecimento e Inovação	Implementar, de forma integrada, ações voltadas à aplicação e ao desenvolvimento do conhecimento e da inovação no âmbito da Justiça do Trabalho da Oitava Região.	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas		Atividades Realizadas: Ratificam-se as informações já remetidas nos últimos formulários de acompanhamento das iniciativas do PEI 2014-2020. Tema desmembrado - Gestão do Conhecimento a ser trabalhada pela SEGEP e Inovação atualmente sob alçada do Comitê de Governança de TIC. Política de Gestão de Pessoas, que inclui pautas relacionadas à Gestão do Conhecimento, encontra-se em fase final de elaboração pela SEGEP. Posição 12/02/2020: Nova Política de Gestão de Pessoas aprovada na última sessão do Tribunal Pleno (10/02/2020). Resultados Alcançados: Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Plano de Desdobramento da Estratégia	Promover o alinhamento de órgãos, unidades, pessoas e processos da JT8 à estratégia institucional.	Coordenador de Gestão Estratégica	<p>Atividades Realizadas:</p> <p>No âmbito do TRT8, o processo de desdobramento da estratégia se dá, em regra, por meio da elaboração de planos de contribuição, ferramenta de gestão que permite visualizar e identificar, de forma clara e direta, as iniciativas (ações) que a unidade deve desenvolver para alcançar os objetivos estratégicos do Tribunal, seguindo metodologia própria desenvolvida pelo Tribunal (Metodologia de Alinhamento Estratégico por painéis de contribuição, com o apoio de mapas mentais - Método APCMM/TRT8). Em relação ao 1º Grau de Jurisdição, a partir de 2017, os planos de contribuição passaram a ser elaborados pelas próprias Varas do Trabalho, como parte das ações correicionais. Os respectivos planos podem ser monitorados semanalmente pelo Sistema Hórus. Ademais, a COGES encaminha relatórios mensais para todas as Varas, com os respectivos desempenhos em relação às metas nacionais. No caso do 2º Grau, o processo de alinhamento ocorre por meio de relatórios de desempenho, elaborados periodicamente, a partir da análise dos seguintes indicadores: Meta Nacional nº 1 (Julgar mais do que os distribuídos) e taxa de congestionamento. Esse desempenho é calculado por Turma de Julgamento. Não há comparação entre Turmas. O objetivo é que cada unidade melhore seu desempenho em comparação com a sua própria série histórica.</p> <p>No que tange às unidades administrativas, consoante recomendações constantes dos Acórdãos nº 588/2018-TCU-Plenário, nº 1.273/2015-TCU-Plenário, nº 41/2015-TCU-Plenário e nº 2.467/2013-TCU-Plenário, todos os principais planos táticos previstos na Resolução TRT8 nº 001/2019 já foram elaborados: a SETIN vem atualizando constantemente seu PETIC e PDTI, a COAUD elabora o Plano Plurianual de Auditorias, a COMAP gerencia o Plano Plurianual de Obras, a SEADM e a COGIN gerenciam o Plano de Aquisições. Em 2019, a SEGEP elaborou o Plano de Contribuição da Gestão de Pessoas. Em 14/02/2020, o CSJT aprovou resolução que dispõe sobre o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, que estabelece as diretrizes para a elaboração dos planos estratégicos e planos intraorganizacionais do CSJT e dos TRTs.</p>
--	--	--------------------------------------	--	-----------------------------------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						<p>Resultados Alcançados:</p> <p>O desdobramento da estratégia por unidade contribuiu para a melhoria dos resultados institucionais em 2018, a saber: manutenção do Selo Ouro pelo TRT8 no Selo Justiça em Números do CNJ (Selo Ouro em 2014, 2016, 2017 e 2018); o atingimento, no ano de 2018, de todas as metas nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas pelo CNJ, e de 11 (onze) das 13 (treze) metas nacionais da Justiça do Trabalho, definidas pelo CSJT; além da manutenção de 6 (seis) Varas do Trabalho entre as 10 (dez) melhores do Brasil, e de 17 (dezesete) entre as 50 (cinquenta) melhores do Brasil no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGest), divulgado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT). Ressalta-se que o Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, por ocasião da Correição Ordinária realizada no período de 1º a 5 de julho de 2019, reconheceu o TRT8 como o melhor Tribunal de médio porte e o segundo melhor TRT do Brasil. Em 2019, 100% das Varas elaboraram seus respectivos planos de contribuição como parte das ações do projeto <i>Correição Integrada</i>, realizado pela Corregedoria Regional, com apoio da COGES e da CODSA.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
	Preservar a memória institucional	Programa de Estruturação Física e Tecnológica da Gestão Documental e da Preservação da Memória	Prover estrutura física e tecnológica adequada aos processos de gestão documental e de preservação da memória institucional.	Chefe da Seção de Gestão Documental		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>1 – Estruturação física: Apresentada à COGIN (Gestão de Risco) necessidade de implementação de sistema para prevenção de incêndio, providências visando controle de acesso a esta SeDOC, iluminação, revisão do sistema elétrico (COGIN vinculou demandas relacionadas a estrutura física à COMAP e CODSE). Obs. Sistema e controles não implementados;</p> <p>2 – Estruturação tecnológica: Solicitado à SETIN implementação de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos-SIGAD projeto TI2108906: (TI2108906: Implementação de Sistema Eletrônico de Gestão de Arquivo foi aprovado pelo Comitê de Governança de TIC, com previsão de levantamento de requisitos para o mês de agosto/2018).</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <p>Informado, por correspondência eletrônica, à presidência da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), a necessidade de reunião entre as partes envolvidas no projeto TI2108906, antecedendo a 1ª RAE.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Reestruturação do Quadro de Pessoal	Prover estrutura de pessoal adequada aos processos de gestão documental e de preservação da memória institucional.	Diretor-Geral	●	INICIATIVA DESCONTINUADA EM 2017 (Para fazer frente ao crescimento da demanda processual, a Presidência do Tribunal apresentou sucessivos anteprojetos de criação de Varas, cargos e funções comissionadas, muitos dos quais já convertidos em Lei1. Atualmente, tramitam no C. CSJT os seguintes processos: CSJT-AL-11.251-68.2015.5.90.0000: 01 Vara do Trabalho em Santana - AP, 01 de Juiz Titular de Vara do Trabalho, 01 de Juiz do Trabalho Substituto, 05 de Analista Judiciário e 02 de Analista Judiciário, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal e 03 de Técnico Judiciário, 01 CJ-3, 02 FC-5 e 02 FC-4; CSJT-AL-25804-23.2015.5.90.0000: 01 Vara do Trabalho em Santa Izabel do Pará (2ª VT), 01 de Juiz Titular de Vara do Trabalho, 01 de Juiz do Trabalho Substituto, 08 de Analista Judiciário, 03 de Analista Judiciário, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, 04 Técnico Judiciário, 01 CJ-3, 03 FC-5, 04 FC-4 e 01 FC-1; CSJT-AL-21606-06.2016.5.90.0000: 21 Varas, sendo 01 em Abaetetuba (3ª), 01 em Altamira (2ª), 02 em Ananindeua (5ª e 6ª), 04 em Belém (20ª, 21ª, 22ª e 23ª), 01 em Marabá (5ª), 05 em Macapá (9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª), 01 em Oiapoque/AP, 02 em Parauapebas (5ª e 6ª), 01 em Paragominas (2ª), 01 em Tomé-Açu/PA e 01 em Tucuruí (2ª), além de 53 cargos de Juiz do Trabalho, 262 de Analista Judiciário (Área Judiciária), 65 de Analista Judiciário (Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal), 103 de Analista Judiciário (Área Administrativa), 183 de Técnico Judiciário, 21 CJ-3, 11 CJ-2, 42 FC-5, 74 FC-4 e 20 FC-2. Tramita, ainda, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2817/2015, que autoriza a criação de 101 cargos efetivos de Analista Judiciário (Área Administrativa), 51 de Técnico Judiciário (Área Administrativa), além de 01 CJ-4, 06 CJ-3, 35 CJ-2, 42 CJ-1, 08 FC-6, 117 FC-5, 41 FC-4 e 45 FC-3. Contudo, considerando que não há perspectiva de aprovação dos referidos anteprojetos e projetos de Lei e, ainda, o fato deste Regional não dispor de cargos e funções para aprimorar a estrutura de pessoal das áreas de gestão documental e de preservação da memória institucional, a iniciativa deverá ser descontinuada.)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Valorização da Memória Institucional	Promover ações voltadas à valorização da memória institucional da JT8.	Curador do Memorial da Justiça do Trabalho da 8ª Região	●	Participação contínua nas Semanas de Museus e Primavera de Museus realizadas pela IBRAM. Visitas monitoradas são realizadas periodicamente.
		Parcerias Institucionais para a Preservação da Memória	Realizar parcerias institucionais visando a boa gestão documental e a preservação da memória institucional.	Curador do Memorial da Justiça do Trabalho da 8ª Região	●	Parcerias firmadas com o Tribunal de Justiça e com o Tribunal Regional Eleitoral. Atividades executadas com palestras e exposições.
		Centros de Memória	Regulamentar e estruturar os centros de memória de estudos e pesquisas criados por meio da Resolução TRT8-86/2013.	Curador do Memorial da Justiça do Trabalho da 8ª Região	●	Centros de Memória até então instalados: Ananindeua e Macapá. Em processo de escolha de servidores para administração dos Centros, conforme prevê a Resolução no 86/2013.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
 COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020




TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
GESTÃO DE PESSOAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL	Consolidar a gestão estratégica de pessoas com ênfase na valorização e no desenvolvimento de magistrados e servidores	Sistema de Gestão por Competências	Consolidar o sistema de gestão por competências, instituído pela Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Resolução TRT8 n.º 408/2008).	Assessor-Chefe de Desenvolvimento de Pessoas		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Projeto de implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas - Portaria PRESI n.º 381/2019 em atendimento ao constante da Resolução CSJT n.º 229/2018 - diretrizes para o desdobramento do objetivo estratégico "Promover a melhoria da gestão de pessoas e qualidade de vida". 2) Projeto piloto para a implantação do modelo entre os gestores da área fim, conforme estabelecido no PROAD 3828/2018. 3) Realização do Mapeamento das ocupações críticas da área judiciária. 4) Autoavaliação no Sistema PROGECOM dos Gestores da área fim. 5) Aprovação da Política de Gestão de Pessoas (Resolução n.º 4/2020), a qual traz requisitos para a realização dos Processos Seletivos Internos. 6) Elaboração do Plano Anual de Capacitação com base no Diagnóstico das Necessidades de Treinamento e nas matrizes de competências do TRT8ª. <p>Resultados Alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas - Portaria PRESI n.º 381/2019; - Alinhamento metodológico das Matrizes de Competências no Sistema PROGECOM; - Foi aplicado questionário para a identificação das ocupações críticas da área judiciária - Grupo Focal. Relatório Final de ocupações críticas aprovado pela Presidência em 16/09/2019 e divulgado; - Realização da autoavaliação no Sistema PROGECOM dos Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho; - Aprovação da Política de Gestão de Pessoas (Resolução n.º 4/2020), a qual traz requisitos para a realização dos Processos Seletivos Internos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Plano de Otimização da Força de Trabalho	Mapeamento e racionalização de todos os processos de trabalho da JT8 e redimensionamento da força de trabalho para órgãos e unidades.	Chefe da Seção de Inovação (extinta em 2016) Coordenador de Gestão Estratégica	 <p>Atividades Realizadas:</p> <p>A COGES elaborou o Manual de Racionalização de Processos, aprovado pela Portaria GP nº 1.316/2013. Contudo, o dimensionamento da força de trabalho das unidades judiciárias segue as regras determinadas pela Resolução CSJT nº 63/2010, que possui caráter vinculante para a Justiça do Trabalho. Mais recentemente, o CNJ editou a Resolução CNJ nº 219/2016, estabelecendo novas regras baseadas na distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundo grau e unidades administrativas. Registre-se que este regional padece de grave déficit de pessoal. Segundo a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do C. Tribunal Superior do Trabalho (TST) seria necessário, no total, quantitativo entre 1.868 e 2.007 cargos. Em dezembro de 2016, possuía 1.324 servidores em atividade de um total de 1.358 cargos efetivos. Ou seja, o Tribunal possui um déficit total entre 510 (pela lotação mínima prevista na Resolução CSJT nº 63/2010) e 649 cargos efetivos (pela lotação máxima), o que dificulta a gestão do TRT da 8ª Região e a efetiva implementação da padronização estabelecida pela Resolução CSJT nº 63/2010, bem como das diretrizes e determinações da Resolução CNJ nº 219/2016. No caso da área administrativa, a então Seção de Inovação da COGES elaborou o estudo Técnico COGES nº 04/2016, que teve por objeto a avaliação quantitativa e qualitativa do pessoal da COLIC, com a finalidade de se delimitar as necessidades de recursos humanos ideal para aquela unidade desempenhar as atividades de sua competência. De acordo com as conclusões do referido estudo, a lotação ideal para a COLIC seria de 19 (dezenove) servidores. Contudo, o quantitativo atual é de apenas 10 (dez) servidores. Ou seja, a unidade apresenta um déficit de 90% em relação ao quantitativo ideal. Com a extinção da Seção de Inovação da COGES, determinada pela Resolução TRT8 nº 76/2016, a COGES apresentou termo de abertura de projeto para contratação de consultoria especializada em mapeamento e racionalização de processos. Em 2016, a proposta não foi priorizada em razão do expressivo corte de 30% no orçamento de custeio deste Tribunal no exercício de 2016, bem como 90% nos recursos destinados a investimentos. Em 2017, o pedido de contratação foi novamente submetido à apreciação da Presidência para ao exercício de 2018 mas não foi priorizado. Ainda em 2017, a COGES elaborou o Estudo Técnico COGES nº 10/2017, que trata da</p>
--	--	--	---	---	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						estrutura organizacional de cargos efetivos, cargos em comissão e de funções comissionadas dos Foros Trabalhistas da 8ª Região. Em 2018, a COGES e a SEGEP elaboram o projeto Teletrabalho Estruturado a partir dos resultados das pesquisas de clima organizacional e das conclusões do Relatório de Análise Situacional nº 12 (Proad nº 2697/2018), elaborado pela COGES, o qual apontou que o teletrabalho será uma valiosa ferramenta para lidar, dentre outras, com as mudanças trazidas pelo Novo Regime Fiscal, que limitará os gastos públicos por 20 anos. Essa modalidade de trabalho pode se converter em aliada na otimização da força de trabalho, contribuindo para a manutenção de bons resultados, sem comprometer o clima organizacional, além de promover a retenção de talentos e a redução da rotatividade de pessoal , frente aos cenários de grandes desafios para esta Justiça Especializada. Ainda em 2018, durante a 2ª Reunião de Análise da Estratégia da Justiça do Trabalho, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2018, a Coordenadora de Gestão de Pessoas do CSJT, Rosa Casado, informou que o Conselho está contratando consultoria especializada para elaborar estudo e metodologia de gestão da força de trabalho no âmbito desta Especializada. Será, inclusive, realizado projeto piloto em três Regionais, um de cada porte. Em 2019, o CSJT editou o Ato CSJT.GP.SG. nº 92/2019, que instituiu grupo de trabalho destinado a atualizar os estudos acerca da padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por meio do Ato CSJT.GP.SG 264/2019, o Exmo. Ministro Presidente do CSJT prorrogou por mais 90 dias o prazo para conclusão dos trabalhos do grupo instituído pelo supracitado Ato CSJT.GP.SG. nº 92/2019, a contar de 3/02/2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Teletrabalho	Ações para estimular o teletrabalho no âmbito da JT8.	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas	<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Relatório da Comissão de Gestão do Teletrabalho apresentado em Fevereiro de 2019 com recomendações aprovadas pela Presidência (Processo PROAD nº 402/2019). Unidades envolvidas diligenciadas e ações em andamento, tais como: novas edições do Projeto Teletrabalho Estruturado; capacitações; fóruns virtuais, aprimoramento de sistemas, etc.</p> <p>Posição 07/10/2019: ações já realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Novas edições do Projeto Teletrabalho Estruturado (Fóruns de Santarém e Abaetetuba);- Workshop para Gestores e Palestra de Sensibilização - Belém (parceria com o TRE-PA - ministrados pela servidora Ana Cláudia Mendonça);- Tratativas para pesquisa sobre o Teletrabalho no TRT8 já iniciadas. <p>Posição 20/11/2019:</p> <ul style="list-style-type: none">- Edição do Projeto Teletrabalho Estruturado realizada no Fórum Trabalhista de Marabá; <p>Posição 12/02/2020:</p> <ul style="list-style-type: none">- Pesquisa em parceria com a Universidade Federal do Pará prevista para aplicação em março de 2020;- Cartilha sobre a temática de ergonomia em fase final de edição pela ASCOM. <p>Resultados Alcançados:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Aumento expressivo da adesão ao regime de teletrabalho (atualmente o Tribunal conta com pouco mais de 10% do quadro de servidores atuando em teletrabalho).2. Reconhecimento da prática Teletrabalho Estruturado em âmbito nacional (apresentação e publicação da prática no II Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em junho/2019).
--	--	--------------	---	--	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020




TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						<p>Posição 07/10/2019:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Manutenção de quantitativo expressivo de servidores em regime de teletrabalho.2. Prática do Teletrabalho Estruturado aprovada para apresentação no XXII Seminários em Administração da Universidade de São Paulo (USP).3. Compartilhamento da prática com outros Tribunais. <p>Posição 20/11/2019:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Prática apresentada no SEMEAD-USP em novembro/2019. <p>Posição 12/02/2020:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Mais de 160 servidores atuando em teletrabalho em janeiro/2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Programa TRT8 Saúde	Promover ações visando a prevenção de riscos relacionados ao ambiente de trabalho e o monitoramento da saúde dos magistrados e servidores.	Coordenador de Saúde	 <p>Atividades Realizadas:</p> <p>1) Campanhas específicas:</p> <p>a) Campanha de imunização contra o vírus Influenza H1N1, da gripe, realizada em 2 (duas) etapas.</p> <p>Parcerias: SESMA e SESPA</p> <p>b) Campanha Detetive Saúde no Outubro Rosa</p> <p>Objetivo: campanha de conscientização que tem como objetivo principal alertar magistradas e servidoras sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e do câncer de colo do útero, com incentivo para a realização dos exames de mamografia e preventivo.</p> <p>2) Subprogramas de acompanhamento e combate de doenças crônicas</p> <p>Objetivo: prevenir doenças graves como diabetes, obesidade e as dislipidemias. diabetes (Saúde em Dia), dislipidemia (Emplacar) e hipertensão (Hiper Legal)</p> <p>3) Ação “Blitz da Saúde”</p> <p>Objetivo: realizar em datas especiais a busca ativa de possíveis portadores de doenças crônicas, com destaque à hipertensão arterial e a diabetes, além de divulgar os subprogramas de saúde desenvolvidos pela Coordenadoria que tem o objetivo de prevenir doenças graves como diabetes, obesidade e as dislipidemias.</p> <p>4) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO</p> <p>Abordagem multidisciplinar (saúde física e psíquica) - inclusão avaliação odontológica e psicológica, além da avaliação pela medicina do trabalho - Saúde de forma global.</p>
--	--	---------------------	--	----------------------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



					<p>5) Ginástica laboral e quick massage (Processo PROAD nº 1312/2018)</p> <p>6) Ação Detetive Saúde</p> <p>Objetivo: Com foco na prevenção e detecção precoce de novos casos de hipertensão, diabetes, obesidade e dislipidemias, com busca ativa junto a magistrados e servidores em seus postos de trabalho, com a missão de identificar possíveis casos dessas patologias.</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <p>1) Campanhas específicas:</p> <p>a) Imunização contra o vírus da influenza H1N1, da gripe – aplicação da vacina trivalente nos dias 16 e 17 de maio (1ª etapa - 244) e de 28 e 29 de maio (2ª etapa - 235)</p> <p>Resultado: Em 2019 foram aplicadas 479 (quatrocentos e setenta e nove) doses da vacina nas duas etapas.</p> <p>Encaminhados ofícios à SESPA e à SESMA (Ofício TRT/CODSA nº 010/2020 e nº 011/2020, respectivamente) solicitando disponibilizar vacinas para o exercício de 2020, principalmente contra os vírus influenza e sarampo.</p> <p>b) Detetive Saúde no Outubro Rosa</p> <p>A Campanha ocorreu no mês de outubro com a visita da Detetive Saúde em todos os setores do Prédio Sede e do Fórum de Belém, onde foram abordadas as mulheres presentes em seus locais de trabalho a respeito da importância dos exames preventivos do câncer de mama e do colo uterino.</p>
--	--	--	--	--	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



					<p>c) Novembro azul</p> <p>Adesão à Campanha com incentivo na prevenção e disponibilização no site do Plano de Saúde de guias de exames de prevenção do câncer de próstata.</p> <p>2) Subprogramas de acompanhamento e combate de doenças crônicas</p> <p>Em andamento em conjunto com o PCMSO, atualmente com a seguinte quantidade de participantes:</p> <ul style="list-style-type: none">- Em forma: 119- Emplacar: 96- Hiper legal: 130- Saúde em dia: 93 <p>3) Ação "Blitz da Saúde"</p> <p>Ação realizada em 6/6/2019 durante a Semana de Responsabilidade Socioambiental do TRT8 com aferição de pressão arterial e medição de glicemia.</p> <p>Resultado: Foram realizados 129 (cento e vinte e nove) procedimentos de medições e aferições.</p> <p>Atividade descrita como boa prática realizada pelo TRT no eixo Práticas Internas de Trabalho no Relatório da Política de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho.</p> <p>4) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO</p> <p>Exames realizados: Periódicos, admissionais, afastamentos definitivos e mudança de função</p> <p>Resultado: 529 (quinhentos e vinte e nove) atestados de saúde ocupacional - ASO - expedidos no período de janeiro/2019 a dezembro de 2019,</p>
--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						englobando avaliações periódicas, admissionais, desligamentos definitivos e mudanças de funções. (cronograma sendo cumprido sem intercorrências) 5) Ginástica laboral - em fase de licitação (processo PROAD 5358/2019). 6) Ação Detetive Saúde: A ação Detetive Saúde acontece todas às quartas e sextas-feiras, das 10 às 12 horas, nos próprios postos de trabalho (em andamento). Resultado: 36 setores já receberam a visita do Detetive Saúde. A ação visa alcançar todas as unidades em Belém.
		Programa Qualidade de Vida	Revisar e implementar efetivamente o Programa de Qualidade de Vida, instituído pela Resolução TRT8 nº 408/2008, com foco na promoção do bem-estar no ambiente de trabalho.	Coordenadora do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde		Atividades Realizadas: Atualização da composição do Comitê e proposta de normativo do Programa em fase final de elaboração para apresentação à Presidência. Posição 15/10/2019: composição do Comitê atualizada Portaria PRESI 697 DE 05/08/2019 e Portaria PRESI 844 de 16/09/2019; e proposta de normativo do Programa apresentada à Presidência em 14/10/2019 por meio do Processo PROAD nº 2931/2019. Posição 12/02/2020: 1ª reunião de 2020 realizada em 11/02/2020. Portaria normatizando o Programa de QVT, já aprovada pela Presidência em janeiro de 2020, será encaminhada para assinatura, juntamente com o planejamento das ações para o exercício 2020.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
 COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Auto-Atendimento de Recursos Humanos	Intensificar a implantação do sistema MentoRH, priorizando a racionalização de procedimentos da SEGEP por meio do mapeamento e redesenho de processos e descentralização de diversas atividades, tais como: substituição de funções, designações e dispensas de funções comissionadas, atualização cadastral, dentre outros procedimentos passíveis de automatização.	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Ratificam-se as informações já remetidas nos últimos formulários de acompanhamento das iniciativas do PEI 2014-2020, eis que há a necessidade de reavaliação da presente iniciativa, em virtude da descontinuidade do sistema Mentorh e migração de dados para o sistema SIGEP (Sistema Nacional de Gestão de Pessoas adotado pela Justiça do Trabalho).</p> <p>Posição 12/02/2020: Sistema SIGEP/FolhaWeb implantado em janeiro/2020.</p> <p>Resultados Alcançados: Não se aplica.</p>
		Programa de Reconhecimento e Valorização	Revisar e implementar o Programa de Reconhecimento e Valorização, instituído pela Resolução TRT8 n.º 408/2008, para elevar a satisfação pessoal, estimular a integração da equipe, além de recompensar pelo bom desempenho na execução das atribuições.	Coordenador do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Reunião do Comitê realizada em 27/06/2019 para discutir as propostas para o Programa, com base nas demandas relacionadas nos diagnósticos institucionais. Ata contendo as propostas encontra-se em análise pela Administração Superior.</p> <p>Posição 07/10/2019: ata com proposições de ações para o Programa de Reconhecimento aprovada pela Administração Superior. Unidades envolvidas já diligenciadas.</p> <p>Posição 12/02/2020: informa-se que foi publicada no DEJT, em janeiro de 2020, a Portaria PRESI n.º 1248/2019, referente à instituição de Grupo de Trabalho para apresentação de proposta de regulamentação do Programa de Reconhecimento e Valorização do TRT da 8ª Região - Concurso de Boas Práticas. A primeira reunião do Grupo de Trabalho ocorrerá em fevereiro de 2020.</p> <p>Resultados Alcançados: Não se aplica.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Justiça Solidária	Incentivar a participação de magistrados e servidores em ações de responsabilidade social, bem como disponibilizar à sociedade, por meio de parcerias com outros órgãos públicos e com a sociedade civil, serviços como: emissão de documentos, assistência jurídica, inclusão digital, assistência médico-odontológica, dentre outros.	Assessor de Comunicação Social		Atividades Realizadas: Apoio às ações da Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem nas visitas aos parceiros para a II Marcha de Belém Contra o Trabalho Infantil, além de todo apoio na divulgação e mobilização neste grande evento. Resultados Alcançados: Sensibilização de magistrados, servidores e sociedade com os temas propostos; participação do Público interno e externo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Programa de Interiorização da Capacitação	Ampliar a oferta de ações de capacitação nas unidades de fora da sede, por meio da EAD, da estruturação de espaços apropriados para eventos presenciais e da formação de instrutores internos locais.	Assessor-Chefe de Desenvolvimento de Pessoas		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Com o objetivo de ampliar a oferta de ações de capacitação nas unidades de fora da sede, foram ofertadas, no ano de 2019, as seguintes capacitações em EAD: Curso PROAD Básico Turma; Curso PROAD Processo Administrativo Eletrônico; Curso PJE-JT Tomadores de Reclamação Trabalhista(São Feliz do Xingu, São Felix do Xingu); Noções Básicas de Atendimento ao Cidadão; Penhora e Avaliação Patrimonial; Direito Processual do Trabalho Conhecimento; Direito Processual do Trabalho Execução; Formando Conciliadores Paragominas; Modelagem de Processos; Licitações Sustentáveis; Gestão Socioambiental e Ética e Serviço Público.</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <p>Em 2020, conforme aprovado pela Portaria PRESI nº 90/2020, os servidores de fora da sede poderão participar dos seguintes cursos em EAD: CURSO FERRAMENTAS E APLICATIVOS DE COMPUTAÇÃO NA NUVEM E GERENCIAMENTO DE TAREFAS; FORMANDO CONCILIADORES; CURSO MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS; CURSO DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICA - DIREITO DO TRABALHO; Direito Processual do Trabalho: Fases Conhecimento e Execução; RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO TRABALHO - 4 PONTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO GESTOR; CURSO ADMINISTRAÇÃO DE VARAS PARA DIRETOR DE SECRETARIA; GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS e CURSO ADMINISTRAÇÃO DE VARAS PARA SUBSTITUTOS DO CARGO DE DIRETORES DE SECRETARIA.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Programa de Ambientação Funcional	Estruturar programa de ambientação de magistrados e servidores.	Assessor-Chefe de Desenvolvimento de Pessoas		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Por meio da Portaria PRESI 1090/2019 foi aprovado pela Presidência desta Corte o Programa de Ambientação Funcional destinado aos servidores recém-empossados com vistas a proporcionar a formação da cidadania corporativa, mediante o compartilhamento da cultura, das políticas e das normas do órgão, bem como a sensibilização sobre a missão e a visão de futuro, alinhando as expectativas do servidor com os valores institucionais. Para a realização do referido programa, a ASDEP disponibiliza em seu Campus Virtual os seguintes cursos: Sistema Judiciário Trabalhista, Proad Básico, Curso Ética e Serviço Público, Curso de Atendimento ao Cidadão, Curso Básico da Segurança da Informação, além de disponibilizar material em PDF no formato de cartilha contendo noções básicas sobre a estrutura administrativa do Trt8, Benefícios, Segurança da Informação e Gestão de Pessoas.</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <p>Todos os servidores que tomaram posse após a aprovação do programa estão participando da ambientação funcional. No total, foram 18 servidores, sendo 11 em 2019 e 7 em 2020.</p>
		Programa de Preparação para a Aposentadoria	Instituir programa de preparação para aposentadoria com base na Resolução CSJT nº 132/2013.	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Ratificam-se as informações já remetidas nos últimos formulários de acompanhamento das iniciativas do PEI 2014-2020. Programa com execução suspensa por decisão administrativa. Iniciativa não priorizada no âmbito do Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas.</p> <p>Resultados Alcançados: Não se aplica.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	Intensificar a integração e a disponibilidade dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação	Programa de Governança de TI	Visa a adoção das melhores práticas em governança de TI com base nas metodologias COBIT e ITIL.	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação		Atividades Realizadas: Implantado o portal de governança de TI, e instituído vários processos e metodologias de serviços de TIC, aderentes ao TRT8. Resultados Alcançados: Houve melhora significativa nos resultados dos procedimentos licitatórios capitaneados pela SETIN, bem como aumento dos índices de satisfação com os serviços prestados pela secretaria, conforme provam as pesquisas de satisfação interna e externa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		<p>Programa de Modernização e Integração dos Sistemas Administrativos</p>	<p>Prover novas soluções informatizadas e revisar os sistemas existentes com vistas à integração e otimização das atividades administrativas.</p>	<p>Coordenador de Sistemas de Informação</p>	<p>●</p>	<p>Atividades Realizadas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Implantação das versões do Sistema SIGEP publicadas até agosto/2019, sendo a versão 1.13 a última aplicada.2. Projeto TI2119184 [SIGEP] Migração de dados do MENTORH para o SIGEP.<ul style="list-style-type: none">- Customização dos scripts de transformação de dados em decorrência da atualização das novas versões do SIGEP e de correções da migração de dados.- Implementação de novos scripts de transformação de dados em decorrência da atualização das novas versões publicadas do SIGEP.3. Projeto TI2210223 - [SIGEP] Integração com os Sistemas Administrativos e Judiciários.<ul style="list-style-type: none">SAJ/GECJ – em andamentoSCMP – em andamentoPAS – em andamentoGPrec – em andamentoSAM – em andamento4. Projeto TI2119157 - [FolhaWeb] Implantação do sistema para homologação<ul style="list-style-type: none">- Sistema em homologação pela SEGEP. <p>Resultados Alcançados:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Disponibilização da última versão do SIGEP para homologação da área negocial.2. Garantia da integridade dos dados migrados do MENTORH para o SIGEP.3. Garantia da continuidade dos serviços que consomem dados de Recursos Humanos após a migração para o SEGEP.4. Homologação dos cálculos das rubricas de pagamento.
--	--	---	---	--	----------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Plano de Monitorament o dos Serviços de TI	Realizar o monitoramento em tempo real dos serviços de tecnologia da informação com o objetivo de prover soluções ágeis para garantir a alta disponibilidade dos sistemas de TI.	Coordenador de Infraestrutura e Suporte		Atividades Realizadas: 1. É utilizada a ferramenta Zabbix para monitoramento em tempo real dos serviços de TI. Resultados Alcançados: 1. Envio dos alertas por e- mail para as equipes competentes; 2. Visualização do status dos serviços nas TVs instaladas no salão de trabalho; 3. Abertura de chamado automático na Central de Serviços para alguns alertas gerados; 4. Relatórios mensais de Disponibilidade e Capacidade do ambiente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Programa de Modernização da Infraestrutura de Rede	Modernizar a infraestrutura de rede de TI com o objetivo de garantir a alta disponibilidade dos sistemas de TI.	Coordenador de Infraestrutura e Suporte		Atividades Realizadas: <ol style="list-style-type: none">1. Recebimento dos switches;2. Instalação dos switches core e topo de rack nos Data Centers;3. Instalação dos switches de distribuição e acesso nos Blocos e Prédio Sede;4. Instalação dos switches nos Fóruns de Macapá, Abaetetuba, Ananindeua, Marabá, Parauapebas e Santarém.5. Instalação dos switches nas VTs de Capanema, Paragominas, Santa Izabel e nos prédios do Arquivo Geral e Almoxarifado.6. Todas as instalações foram concluídas. Última localidade foi Breves/PA em Julho/2019. Resultados Alcançados: <ol style="list-style-type: none">1. Conectividade;2. Alto desempenho através de equipamentos robustos;3. Alta disponibilidade através de equipamentos redundantes;4. Escalabilidade de forma ordenada e padronizada;5. Segurança;6. Gerenciamento da rede em plataforma centralizada;7. Suporte técnico especializado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Processo Judicial Eletrônico	Garantir os meios tecnológicos necessários à expansão e manutenção do PJe-JT.	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação		Atividades Realizadas: 1. Manutenção da Sala-Cofre; 2. Implantação da infraestrutura hiperconvergente; 3. Contratação de suporte ao banco de dados postgresql; 4. Contratação da plataforma Alura para capacitar servidores da SETIN; 5. Participação dos servidores da SETIN em eventos no CSJT sobre PJe. Resultados Alcançados: Estabilidade no funcionamento do sistema PJe, tanto para o público interno quanto para o público externo.
ORÇAMENTO	Promover a gestão orçamentária e financeira sustentável alinhada à estratégia institucional	Unidade de Gestão de Custos	Estruturar unidade vinculada à Secretaria Administrativa voltada para a análise e gerenciamento de custos.	Diretor-Geral		De acordo com o OFÍCIO CSJT.CGSICJT Nº 1/2019, o Comitê-Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho deliberou pela conclusão da implantação total do sistema ainda no exercício de 2019, o que foi confirmado pela SEADM em e-mail encaminhado a esta DIGER, no qual informa que o sistema foi implantado em abril de 2019.
		Sistema Integrado de Gestão Orçamentária	Implantar sistema informatizado para o acompanhamento da gestão orçamentária e financeira.	Diretor da Secretaria Administrativa		Atividades Realizadas: Implantação do Sistema de Gestão Orçamentária (SIGEO) Resultados Alcançados: Execução orçamentária deixou de ser feita por planilhas de excel, evitando erros de digitação e de esquecimento nos lançamentos. O sistema SIGEO reflete o que foi feito no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Plano de Contingência de Despesas	Assegurar a execução orçamentária em caso de despriorização de ações e/ou contingenciamento de recursos.	Diretor da Secretaria Administrativa		Atividades Realizadas: Plano Anual de Aquisições e incentivo ao Registro de Preços. Plano de Contingência para 2020 está publicado no portal, no link a seguir: https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/plano_anual_d_e_aquisicoes_com_portaria_assinada.pdf . Resultados Alcançados: Execução do orçamento em sua totalidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



		Programa TRT8 Sustentável	Revisar e efetivar políticas e ações voltadas à otimização da utilização dos recursos e à adoção de práticas sustentáveis.	Presidente da Comissão Permanente de Gestão Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Atividades Realizadas:• Reuniões dos integrantes da Comissão para dar andamento às ações e desenvolvimento dos projetos.• Estudo da implementação de Painéis de Consumo.• Correta destinação de Resíduos Recicláveis.• Sensibilização da equipe terceirizada quanto ao uso do ar condicionado e colaboração para que apagassem as luzes deixadas acesas.• Desenvolvimento de planilha no Google Forms e compromisso na agenda dos responsáveis para que as áreas fizessem o preenchimento mensal dos indicadores dentro do prazo do CNJ.• Estudo para aquisição de Balança para medição do material de resíduo reciclado coletado na instituição.• Atendimento da Lei 13.559 de 21/12/2017 – Semana Nacional de Responsabilidade Social• Capacitação no tema Gestão socioambiental e Resolução n.º 201, do CNJ e do Ato conjunto CSJT/TST n.º 24//2014• Compartilhamento de experiências no Assunto• Sensibilização do corpo funcional• Projeto Ecocelipa• Curso EAD de Gestão Ambiental• Projeto Multiplicadores• Projeto Cartilha Ser Sustentável• Kit boas vindas• Critérios de Sustentabilidades nas Contratações• Ampliação do Projeto Livro Livre• Coleta de medicamentos• Qualidade de Vida• Coleta Seletiva• Contador de Impressão• Estudo de eliminação de galão de água e uso de purificadores.• Energia Solar• Semana da Reciclagem• Semana de Responsabilidade Socioambiental
--	--	---------------------------	--	---	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



					<ul style="list-style-type: none">• Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho• Autuação de proad para coleta dos dados referentes a Res. 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça.• Encontro de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho• Capacitação durante o II Ciclo de estudos da Escola Judicial• PROJETO BIKE NA OBRA <p>Resultados Alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none">• Foram realizadas 3 (três) reuniões até o mês de agosto, para deliberações sobre o Relatório de desempenho do PLS-JUD, em conformidade com a Res. 201/2015 do CNJ, semana de responsabilidade socioambiental, e implantação dos itens de sustentabilidade constante no PLS das áreas.• Em desenvolvimento – Análise do uso do Hórus como ferramenta. Capacitação dos nossos servidores na ferramenta. Estudo de possibilidade de outra ferramenta, como Pentaho. Segundo o Coordenador do Projeto da SETIN, a principal limitação do Horus é a limitação de licenças de uso. A ferramenta é muito boa, mas com essa limitação, temos dificuldade para trabalhar com ela e dar a publicidade desejada para os dashboards. Com a solução Pentaho, temos muito mais liberdade, por se tratar de um software livre.• Renovação do Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura e atualização do cadastro de Cooperativas. Estudo de procedimento operacional padrão sendo feito pela COGIN, para coleta seletiva feita pelos terceirizados. Em reunião no dia 14/02/2020, foi proposto pela Presidente da comissão, uma reunião com os terceirizados e encarregados para tratar sobre coleta seletiva.• Reunião com a COGIN. Orientações: ar condicionado não deve ser ligado antes da equipe de servidores entrar em sala. Desligar luzes caso a equipe tenha esquecido ao sair.• Foi instituído por meio da Port. Presi 789/2019, o envio dos dados da res. 201/2015 pelo PROAD.• Contatamos empresários locais e conseguimos a Doação de uma Balança da Toledo, que foi doada ao tribunal por meio do Assessor-Chefe de Comunicação.
--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



					<ul style="list-style-type: none">• Foi realizado evento no dia 24 de maio, com o tema "Acessibilidade e Inclusão. O que tem a ver comigo?" Já idealizando o dia de responsabilidade social de 2020.• Realização de curso sobre o Tema "Gestão Socioambiental" ministrado pela servidora Ana Cristina Barbosa do TRT9. Com a participação de diversos gestores e órgãos parceiros da Justiça Verde no Pará e outros Tribunais do Trabalho do Norte, totalizando 53 participantes; Participação do Coordenador de Material e Logística, Herlon Pereira no Seminário Estratégico Sustentável do Poder Judiciário; Convite do TRE para eventos de capacitação com foco em sustentabilidade no mês de agosto nos temas: Gestão de Resíduos e licitações sustentáveis. Participação na semana institucional da comissão com a apresentação de vídeo institucional sobre os projetos de sustentabilidade da Oitava Região.• Renovação do Termo de cooperação da Rede Amazônia – Os gestores das áreas ambientais dos Tribunais Regionais do Trabalho da 8ª (Pará e Amapá), da 11ª (Amazonas e Roraima) e da 14ª (Rondônia e Acre) Regiões tiveram a oportunidade de compartilharem mais informações acerca de ações que são realizadas pelos tribunais no campo da sustentabilidade, observando quais atividades poderiam ser compartilhadas, inclusive no âmbito de compras compartilhadas, observada a realidade própria da região amazônica. No decorrer da reunião foi acertado entre todos o desenho de uma rede conjunto da atuação, que será denominada de Rede TRT Amazônia. Um grupo de whatsapp Rede Amazônia foi criado e o TRT11ª aderiu ao projeto Livro Livre. https://portal.trt11.jus.br/index.php/comunicacao/noticias-lista/3272-trt11-integra-movimento-mundial-de-incentivo-a-leitura• 1) TRT8 lança campanha de sensibilização no Dia Mundial do Meio Ambiente com o objetivo de divulgar as ações realizadas no TRT8 e estimular a adoção de práticas mais sustentáveis pelos servidores e magistrados, porque "o meio ambiente é você!" Matérias informando as ações e programas sustentáveis desenvolvidos no tribunal. Como Coleta Seletiva, coleta de lixo patológico, Logística Reversa, Energia Solar e Política de descarte.
--	--	--	--	--	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



					<ul style="list-style-type: none">• 2) Parceira com a CELPA – atividades retomam em março, com ações toda primeira segunda-feira de cada mês.• 3) Visita em todas as varas e demais setores durante a 2ª semana da reciclagem e 1ª semana de responsabilidade Socioambiental.• Projeto Ecocelipa já está sendo realizado desde maio, sendo uma vez mensal, a primeira segunda-feira de cada mês.• Oferecimento do curso Gestão Socioambiental em EAD para todos o corpo funcional do Tribunal. Realizado por meio de parceria com o TRT9. 05 servidores foram aprovados no curso no ano de 2019. Retornando no segundo semestre de 2020 com nova turma.• Projeto em desenvolvimento pela seção para apreciação da comissão, continuando o modelo anterior, porém devendo considerar os aprovados no curso de 2018 e os de 2019.• Reunir todas as informações através da Comissão Permanente de Gestão Ambiental dos projetos e ações do Programa TRT8 Sustentável e realizar a entrega para todo novo integrante do tribunal. Tema e assuntos selecionados.• Em desenvolvimento - com o apoio da COMAT: Seamb realizou levantamento de materiais. COMAT realizou a Ata de Registro de Preços. Kit entregue aos servidores e magistrados.• Colaboração – Reunião Comitê de Padronização de projetos e editais de licitação – Solicitação de inclusão de critérios de sustentabilidade - sugestão realização de formulário a ser preenchido pelas áreas no momento da elaboração de ETP.• Adesão ao Projeto pelo fórum de Marabá. Ananindeua e Macapá serão as próximas cidades a serem contempladas com o projeto.• Duas novas caixas de coleta de medicamentos foram posicionadas.• Solicitação de projeto para construção de espaço de socialização na área do bicicletário demandado para área de Engenharia.• Bicicletário – Instalação de bicicletário no Novo Fórum de Belém. Engenharia informou que seria viável para 8 vagas.• Depósito de Resíduos Recicláveis – Reforma no Depósito de Resíduo Reciclados do Trt8 com baixa.
--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



					<ul style="list-style-type: none">• Instaurar o uso de sacos de lixos de cores diferentes. COGIN irá estudar a possibilidade junto ao fornecedor.• Solicitado para COMAT estudo da produção dos resíduos do uso do Café: embalagens e restos de pó.• Destinação do material das embalagens de isopor usadas na obra do novo fórum.• Instalado nas impressoras que estão em rede, faltando apenas o projeto ser finalizado pela SETIN, para visualização das quantidades de impressão.• Visita técnica do engenheiro da Água norte. Orçamento para 2 pontos de coleta. Necessário delegação para Setor responsável.• Instalação de 1280 módulos fotovoltaicos no Fórum de Macapá. Estudo do uso desta energia a ser desenvolvido.• Realizada a 2ª Semana da Reciclagem realizada de 13 a 17 de maio, com dia D do descarte, Blitz de recolhimento de tonner e cilindros, retorno do projeto ecocelipa, blitz de sensibilização com os servidores sobre coleta seletiva e implantação da coleta seletiva em Macapá.• Realizada a 1ª Semana de Responsabilidade Socioambiental de 02 a 07 de junho, com ação na praça brasil, como aula de dança, serviço de massagem, aferição de pressão entre outros; palestras, sensibilização dos magistrados e servidores sobre os projetos de sustentabilidade da Justiça do Trabalho, exibição de filmes, oficinas para servidores e terceirizados, blitz com os palhaços trovadores e a feira sustentável.• O Coordenador de Material e Logística, Herlon Pereira é o novo Coordenador do Subcomitê da Região Norte do Fórum.• Visando a uniformização nos procedimentos de preenchimento dos indicadores presentes na Res. 201/2015, estamos revisando a portaria PRESI 93/2017, que trata dos responsáveis pelos indicadores do PLS e passará a ser preenchido pelo PROAD.• Participação de 3 integrantes da Comissão Permanente de Gestão Ambiental, Presidente, Chefe da Seção Socioambiental e Coordenador de Material e Logística.• Foram realizadas duas apresentações nos fóruns de Santarém e Macapá para Magistrados e Servidores dos respectivos lugares.
--	--	--	--	--	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						<ul style="list-style-type: none">• O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e a rede Bike Anjo firmaram um termo de cooperação no qual o TRT8 possibilitou a confecção de mil kits do projeto, que estão sendo distribuídos gratuitamente nas diversas ações que estão acontecendo e já contemplaram neste início de ano mais de uma centena de trabalhadores da construção civil, público alvo do projeto.• Os kits são compostos de um calendário de 2019, que materializa-se na forma de infográfico ilustrando direitos e deveres quanto ao uso da bicicleta, uma placa refletiva com a logo do projeto e uma campainha, estes dois últimos itens obrigatórios segundo o Código de Trânsito Brasileiro.• A proposta de parceria com o TRT8 também inclui a distribuição de panfleto informativo sobre o aplicativo SimVida, que permite reportar sobre situações irregulares de trabalho e são repassadas aos órgãos competentes para que sejam solucionados com maior eficiência pelo poder público.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
		Plano Anual de Compras e Contratações Estratégicas	Visa assegurar, anualmente, os recursos necessários à implementação da estratégia institucional, além de sistematizar a execução do orçamento estratégico.	Coordenador de Governança Institucional		<p>Atividades Realizadas:</p> <p>Foi elaborado o Plano Anual de Aquisições. O Plano foi aprovado pela Presidência, através da Portaria PRESI nº 166/2019, e encontra-se publicado no portal. O plano fortalece a governança e a gestão dos recursos públicos, atendendo aos princípios de transparência e da prestação de contas, permitindo mitigar riscos relativos ao processo de compras. Foi concluída a revisão do Plano Anual de Aquisições 2019 em agosto/2019. Foi realizado, ainda, o monitoramento do mencionado PAAq em agosto de 2019. Do total de 140 aquisições, 103 foram concluídas, 13 estavam na fase de seleção do fornecedor, 2 na fase de planejamento das aquisições, 4 em fase de prorrogação contratual e 18 ainda não tinham sido iniciadas. A partir do monitoramento realizado, algumas contratações foram despriorizadas e executadas contratações que estavam no plano de contingência.</p> <p>Resultados Alcançados:</p> <ol style="list-style-type: none">1. promover melhor integração entre a gestão orçamentária e financeira, através de monitoramento do plano de aquisições2. Aprimoramento da governança e gestão das aquisições3. Possibilitar o remanejamento do orçamento, de forma planejada, para unidades com melhor execução orçamentária, garantindo, desta forma, uma gestão orçamentária e financeira sustentável.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



			Elaborar instrumento de priorização e planejamento de investimentos na construção e reforma das unidades jurisdicionais.	Chefe da Divisão de Obras e Projetos de Engenharia	<p>Atividades Realizadas:</p> <p>1) Projetos Realizados</p> <ul style="list-style-type: none">1.1 Construção do Foro Trabalhista de Parauapebas1.2 Construção do Foro Trabalhista de Macapá1.3 Foro Trabalhista de Macapá – Sistema Fotovoltaico1.4 Foro Trabalhista de Macapá – Sistema SDAI1.5 Construção do Fórum Trabalhista de Belém1.6 Reforma Ed. Sede – Gaspar Vianna1.7 Vara do Trabalho de São Félix do Xingú1.8 Imissão na posse de edificações na Av. Senador Lemos <p>2) Projetos não Realizados</p> <ul style="list-style-type: none">- Construção do Fórum Trabalhista de Santarém- Construção do Fórum Trabalhista de Marabá- Construção do Fórum Trabalhista de Abaetetuba <p>3) Reforma das instalações existentes</p> <ul style="list-style-type: none">3.1 Vara do Trabalho de Óbidos3.2 Vara do Trabalho de Castanhal3.3 Vara do Trabalho de Breves3.4 Vara do Trabalho de Santa Izabel3.5 1ª e 2ª Vara do Trabalho de Abaetetuba3.6 Vara do Trabalho de Capanema3.7 Vara do Trabalho de Paragominas3.8 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Santarém3.9 Modernização do sistema de refrigeração do Ed. Sede. <p>Resultados Alcançados:</p> <p>1) Projetos</p>
--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



					<p>1.1 Foro Trabalhista de Parauapebas Obra Concluída e Inaugurada</p> <p>1.2 Foro Trabalhista de Macapá Obra Concluída e Inaugurada</p> <p>1.3 Sistema Fotovoltaico – Foro Macapá Obra concluída gerando energia</p> <p>1.4 Foro Trabalhista de Macapá – Sistema SDAI Obra Concluída – Alvará bombeiros emitido</p> <p>1.5 Construção do Anexo V do Foro Trabalhista de Belém Obra Concluída e Inaugurada</p> <p>1.6 Reforma para instalação do Edifício Sede – Gaspar Viana Recuperação da estrutura, instalação de elevador, limpeza e preparação da fachada externa e projetos executivos concluídos (em análise CCAUD/CSJT)</p> <p>1.7 Vara do Trabalho de São Félix do Xingú Obra concluída – Vara do Trabalho inaugurada</p> <p>1.8 Imissão na posse de edificações na Av. Senador Lemos Imóveis na posse do Tribunal</p> <p>2) Projetos não realizados</p> <p>Quanto ao Foro Trabalhista de Santarém, destaca-se a existência dos projetos executivos e orçamento aprovados pela CCAUD / CSJT para futura construção em terreno existente.</p> <p>No que diz respeito aos Foros de Marabá e Abaetetuba, ressaltamos que por indisponibilidade orçamentária, não foram contratados os projetos executivos.</p> <p>3) Reforma das instalações existentes</p> <p>3.1 As Varas do Trabalho de Óbidos, Castanhal, Breves, Santa Izabel do Pará, 1ª e 2ª de Abaetetuba, Capanema e Paragominas tiveram como resultado das reformas realizadas a modernização das instalações físicas com revisão do sistema elétrico e lógico e adequação do prédio às normas de acessibilidade,</p>
--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) – 10/03/2020



TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA	EMENTA	RESPONSÁVEL	STATUS*	ANÁLISE DO DESEMPENHO DA INICIATIVA Atividades realizadas / Resultados alcançados
						<p>proporcionando melhores condições físicas no ambiente de trabalho a magistrados, servidores e ao jurisdicionado em geral.</p> <p>3.2 As Varas do Trabalho de Santarém foram reunidas e instaladas em edificação alugada, moderna e adaptada para os fins a que se destinam, com acessibilidade, proporcionando melhores condições físicas no ambiente de trabalho a magistrados, servidores e ao jurisdicionado em geral.</p> <p>3.3 A modernização do sistema de refrigeração do Ed. Sede proporcionou melhoria qualitativa nos ambientes, uma vez que o sistema de refrigeração anterior era antigo, defasado e não mais atendia às necessidades de climatização da edificação.</p>

*Status: 1) Iniciativa concluída ; 2) Andamento normal ; 3) Com atrasos não considerados críticos ; 4) Com problemas. Necessidade de ajustes imediatos e 5) Não iniciada .